

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lucas Maros

A guerra russo-ucraniana e os Complexos Regionais de Segurança:
uma análise com foco em dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional

Florianópolis

2022

Lucas Maros

A guerra russo-ucraniana e os Complexos Regionais de Segurança:
uma análise com foco em dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Graciela de Conti Pagliari

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maros, Lucas

A guerra russo-ucraniana e os Complexos Regionais de
Segurança: : uma análise com foco em dinâmicas geopolíticas
de nível regional e inter-regional / Lucas Maros ;
orientadora, Graciela de Conti Pagliari, 2022.
88 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, , Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Ucrânia. 3. Complexos
Regionais de Segurança. 4. Guerra russo-ucraniana. I.
Pagliari, Graciela de Conti. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

Lucas Maros

A guerra russo-ucraniana e os Complexos Regionais de Segurança:
uma análise com foco em dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional

Florianópolis, 12 de dezembro de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Larlecianne Piccolli, Dr.^a

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Gustavo Fornari Dall'Agnol, Dr.

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof.^a Dra. Graciela de Conti Pagliari

Orientadora

Florianópolis, 2022.

Dedico este trabalho aos meus pais, Roseli e Marcelo, que batalharam tanto para que esta conquista pudesse acontecer.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, por seu apoio e amor incondicionais;

A Edila, José Olinto, Geizi e tantos outros professores que tive no ensino básico, por terem despertado minha paixão por aprender e me incentivado a prestar o vestibular;

À minha família, por todos os gestos de carinho e preocupação, como os seus potinhos de sopa congelada que eu trazia para Floripa durante a graduação;

À UFSC, por ter me apresentado tantas pessoas, conhecimentos e oportunidades maravilhosas;

Aos meus colegas Giulia, Cecília, Larissa Gheller, Larissa Agostinho e Caio, pela inspiração e ajuda com os estudos quando tudo parecia tão difícil;

À Isabelle, pela nossa amizade ímpar e pelas melhores memórias que construí na Ilha da Magia nesses cinco anos;

A Victor e Maísa, por todas as nossas conversas, risadas e discussões e pelo incentivo com este trabalho;

À Sinter/UFSC, por ter me aberto as portas para o mundo profissional com o meu primeiro estágio, fundamental para a minha permanência em Florianópolis;

Ao instituto American Field Service (AFS), pela bolsa integral de estudos na República Tcheca durante o ensino médio, que despertou o meu interesse pelo leste europeu;

À professora Graciela, pela confiança e pela excelente orientação nos últimos meses;

Há alguns anos, eu era um menino no interior e na escola pública para o qual uma universidade federal parecia distante demais. Eu tinha tudo para ter trilhado um caminho diferente, mas vocês me ajudaram a perseguir o que eu queria e tornaram essa jornada muito feliz. Todas as palavras do mundo seriam insuficientes para lhes agradecer. Muito obrigado pela realização deste sonho.

RESUMO

A guerra russo-ucraniana é o conflito mais grave da Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, a crise na Ucrânia ainda tem atraído muitos estudos que focam demasiadamente nos níveis de análise doméstico e global. Assim, esta pesquisa objetivou investigar em que medida esse conflito é motivado por dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional. Nesse sentido, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) provou-se bastante útil. Com base nela, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório a fim de identificar fatores regionais e inter-regionais associados à crise. A nível regional, detectou-se que a Ucrânia é vista por Moscou como um país-chave para a sua segurança e para o alcance de seu maior objetivo de Política Externa: continuar sendo uma grande potência. Já a nível inter-regional, constatou-se que a União Europeia também possui interesses estratégicos significativos sobre a Ucrânia. Ademais, identificou-se que a posição de Kiev na fronteira entre dois CRS contribui para a sua instabilidade, sendo a expansão da União Europeia e, principalmente, da OTAN o ponto mais crítico nesse quesito. Conclui-se, portanto, que a guerra russo-ucraniana é fortemente motivada por dinâmicas geopolíticas regionais e inter-regionais, não podendo ser classificada apenas como um conflito bilateral isolado ou como uma disputa de nível global entre a Rússia e o Ocidente.

Palavras-chave: Ucrânia. Complexos Regionais de Segurança. Guerra russo-ucraniana.

ABSTRACT

The Russo-Ukrainian War is Europe's most serious conflict since World War II. However, the Ukrainian crisis has still attracted many studies that focus too much on the domestic and global levels of analysis. Thus, this research aimed to investigate to what extent the conflict is motivated by regional and inter-regional geopolitical dynamics. In this sense, the Regional Security Complex Theory (RSCT) proved to be very helpful. Based on it, this study conducted exploratory research to identify regional and inter-regional factors associated with the crisis. At the regional level, it detected that Moscow sees Ukraine as a critical country for its security and for achieving its main foreign policy objective: to remain a great power. At the inter-regional level, the investigation found that the European Union also has significant strategic interests in Ukraine. Furthermore, it showed that Kyiv's position on the border between two different RSCs contributes to its instability. The European Union's and (more importantly) NATO's expansion is the most critical element in this regard. Therefore, the present study concluded that regional and inter-regional geopolitical dynamics strongly motivate the Russo-Ukrainian war, which thus cannot be classified simply as an isolated bilateral conflict or as a global dispute between Russia and the West.

Keywords: Ukraine. Regional Security Complexes. Russo-Ukrainian War.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Complexos Regionais de Segurança na Eurásia pós-Guerra Fria.....	25
Figura 2 - A Área Pivô segundo Mackinder.....	42
Figura 3 - A planície europeia	44
Figura 4 - Os mais importantes gasodutos da Europa	49
Figura 5 - Distribuição demográfica da Rússia (habitantes por km ²).....	60
Figura 6 - Expansão cronológica da União Europeia.....	63
Figura 7 - Membros da Parceria Oriental (EaP)	64
Figura 8 - A expansão da OTAN para o leste europeu.....	69
Figura 9 - Instalações de armazenamento de gás da Ucrânia (bilhões de m ³ /ano).....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os seis principais rios da Rússia	46
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CRS	Complexo Regional de Segurança
EaP	Eastern Partnership (Parceria Oriental)
EUA	Estados Unidos da América
GNL	Gás natural liquefeito
GUAM	Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Económico entre Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova
NMD	National Missile Defense
OCEM	Organização de Cooperação Económica do Mar Negro
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTSC	Organização do Tratado de Segurança Coletiva
PES	Política Externa e de Segurança
PESC	Política Externa de Segurança Comum
PEV	Política Europeia de Vizinhança
TCRS	Teoria dos Complexos Regionais de Segurança
UE	União Europeia
UEE	União Económica Eurasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A GUERRA RUSSO-UCRANIANA SOB O NÍVEL DE ANÁLISE REGIONAL	24
2.1	O CRS PÓS-SOVIÉTICO: UCRÂNIA EM UMA REGIÃO CENTRADA NA RÚSSIA	24
2.1.1	O “exterior próximo”, conflitos congelados, separatismos e outros desafios do CRS pós-soviético	29
2.2	PENSAMENTO POLÍTICO RUSSO: PROTAGONISMO REGIONAL, MULTIPOLARIDADE GLOBAL E MILITARISMO	33
2.3	UCRÂNIA: IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGICA PARA MOSCOU	40
2.3.1	Posição geográfica: o <i>Heartland</i> eurasiático e a planície europeia	41
2.3.2	Recursos hídricos e infraestrutura energética	46
2.3.3	O mar Negro e a frota russa em Sebastopol	50
3	O NÍVEL DE ANÁLISE INTER-REGIONAL DO CONFLITO	53
3.1	UCRÂNIA NA FRONTEIRA ENTRE OS CRS PÓS-SOVIÉTICO E EUROPEU: DISPUTA E INSTABILIDADE	53
3.2	PROJETOS INTER-REGIONAIS CONFLITANTES: A EXPANSÃO DA UE E DA OTAN COMO UMA AMEAÇA AOS RUSSOS	61
3.3	O PESO DA UCRÂNIA PARA A UNIÃO EUROPEIA: INTERESSES ESTRATÉGICOS E SECURITÁRIOS ENVOLVIDOS	74
4	CONCLUSÃO	81
	REFERÊNCIAS	84

1 INTRODUÇÃO

A guerra russo-ucraniana iniciada em 24 fevereiro de 2022 tem sido citada como o conflito mais grave envolvendo o eixo Rússia-Europa desde a Segunda Guerra Mundial. Entre os mais preocupados, a atenção está voltada até para a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial, embora muitos analistas acreditem que esse cenário seja pouco provável. O que está claro, no entanto, é que para Putin o avanço do Ocidente sobre a área de influência russa chegou ao ponto de inflexão mais crítico das últimas décadas. Isso fica ainda mais evidente quando a situação é analisada em uma perspectiva geopolítica, como este trabalho buscará mostrar, enfatizando os níveis de análise regional e inter-regional do conflito.

Com vistas a abrir mais espaço para a análise empírica dos níveis regional e inter-regional citados, a presente seção de introdução já abordará a contextualização histórica e o referencial teórico deste trabalho. Com isso, objetiva-se construir, adiante, capítulos analíticos mais contundentes e com uma revisão bibliográfica mais focada em elementos que respondam diretamente aos objetivos propostos para esta pesquisa. Longe de serem negligenciadas, portanto, a base teórica e a evolução histórica apresentadas nas próximas páginas serão aprofundadas nos capítulos seguintes e continuarão dialogando com todo o conteúdo desenvolvido no trabalho.

Independentemente dos seus próximos desdobramentos, a guerra russo-ucraniana (que segue em curso na data de publicação desta pesquisa) já causou impactos enormes, daí uma das razões para estudá-la. Até outubro deste ano, dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) apontam que o conflito já registrou mais de 6.500 mortes de civis, além de 10 mil feridos, 6,2 milhões de refugiados e 8 milhões de desalojados, com a possibilidade de que essas ocorrências sejam subnotificadas (ACNUDH, 2022a; idem, 2022b). Ademais, em boa medida por efeitos dessa crise, o ano de 2022 tem sido marcado por uma alta nos preços de energia e alimentos em todo o mundo, bem como pelo medo de uma nova recessão global.

As tensões na Ucrânia, contudo, não são uma novidade. Antes da guerra atual, a região leste do país já estava mergulhada há nove anos em uma guerra civil entre o governo de Kiev e forças separatistas das autodeclaradas Repúblicas de Donetsk e Luhansk, que contam com o apoio russo. Esse conflito, denominado Guerra em Donbass (nome da região afetada), foi iniciado na esteira do movimento Euromaidan, uma série de protestos pró-Ocidente iniciada no

final de 2013 na Ucrânia. A Euromaidan culminou na deposição do presidente pró-Rússia Viktor Yanukovich e na anexação da Crimeia pela Rússia em março de 2014, episódio que deteriorou de vez as já complicadas relações do Kremlin com o Ocidente após a guerra na Geórgia em 2008.

Para entender melhor essas movimentações, contudo, é preciso voltar um pouco no tempo. Em primeiro lugar, importa destacar que, historicamente, uma das estratégias de Putin para exercer influência sobre o seu “exterior próximo”¹ consiste no apoio a líderes políticos que simpatizam com o seu governo na região (GROSSMAN, 2018; SERRA, 2016). Compreendido esse ponto, observa-se que já no ano de 2004 acontecia um dos primeiros grandes sinais de alerta para Moscou na Ucrânia: a Revolução Laranja.

Naquele ano, disputava-se a quarta eleição presidencial do país após a sua independência da União Soviética (1991). Os concorrentes centrais eram Viktor Yanukovich e Viktor Yushchenko, e era claro que Yanukovich alinharia a Ucrânia à Rússia e Yushchenko, ao Ocidente, o que tornava o momento decisivo. O apoio de Moscou ao primeiro candidato foi firme, contando inclusive com visitas de Putin ao longo da campanha. Porém, no segundo turno das eleições, eclodiram denúncias de irregularidades na contagem dos votos e amplos protestos por todo o país. Yanukovich havia vencido, mas sua eleição foi considerada fraudulenta. Após uma nova votação (esta monitorada de perto por órgãos internacionais), foi declarado vencedor o seu oponente, Yushchenko (KUZIO; D’ANIERI, 2018).

Se, por um lado, o Ocidente acusou o Kremlin de ter tentado manipular as eleições a seu favor, para Moscou foram as potências ocidentais que armaram um golpe de Estado. Entretanto, como observam Kuzio e D’anieri (2018), em última análise os eventos na Ucrânia não eram mais sobre democracia, mas sobre geopolítica. Assim, os acontecimentos daquele ano foram logo associados às revoluções anteriormente ocorridas na Iugoslávia (2000) e na Geórgia (2003), mais tarde agrupadas entre as chamadas “revoluções coloridas”, entendidas até hoje pela Rússia como uma série de interferências ocidentais que buscaram desestabilizar a sua influência na região no início dos anos 2000.

Mas as disputas geopolíticas não pararam na Revolução Laranja. Em novembro de 2013, uma nova onda de protestos massivos emergiu na Ucrânia: a Euromaidan. Dessa vez, o motivo da revolta foi a recusa do então presidente pró-Rússia Yanukovich (que conseguiu subir ao poder em 2010) em assinar um acordo de associação com a União Europeia (UE), bastante

¹ Do termo inglês: *near abroad*.

desejado pela população. Porém, esse foi apenas o estopim da crise. Além de maior integração com o bloco europeu, os ucranianos também protestavam contra a corrupção, falta de transparência e abusos de poder que já vivenciavam há anos (YEKELCHYK, 2020).

Os protestos foram violentos, custaram pelo menos 80 mortes de civis e duraram até fevereiro de 2014, quando Yanukovich foi derrubado (YEKELCHYK, 2020). Ainda de acordo com Yekelchik (2020), houve muitas similaridades entre a Euromaidan e a Revolução Laranja. Por exemplo, ambas envolveram a Maidan (praça em Kiev que foi central aos protestos) e a figura de Yanukovich. É fundamental destacar, também, o fato de que em ambos os momentos a Ucrânia esteve em uma encruzilhada entre Moscou e o Ocidente. E, assim como na Revolução Laranja, em 2014 o lado pró-Rússia terminou vencido.

Como consequência desses acontecimentos, em março de 2014 a Rússia anexou a Península da Crimeia (de população majoritariamente russa) por meio de ocupação e de um referendo bastante contestado. Entre outras coisas, sua alegação era de que as movimentações recentes eram mais um golpe arquitetado pelo Ocidente e que os russos em território ucraniano corriam perigo, sendo seu dever defendê-los. Por outro lado, uma resolução da Assembleia Geral da ONU em 27 de março daquele ano condenava o referendo e a anexação russa como ilegais. Apenas a Rússia e 10 de seus aliados votaram contra a resolução, incluindo a Coreia do Norte, Síria e Venezuela (YEKELCHYK, 2020).

Na esteira da anexação da Crimeia, Moscou também passou a apoiar os movimentos separatistas que ganhavam força no leste da Ucrânia já naquele ano. De acordo com dados do ACNUDH (2022c), desde o início dos conflitos em Donbass até janeiro de 2022, foram registradas pelo menos 3.405 mortes e mais de sete mil feridos, isso apenas entre a população civil. Assim, no que tange à contextualização mais ampla da crise atual, o fato é que desde 2014 a Ucrânia já enfrentava uma instabilidade armada violenta que não cessou, mas foi aprofundada em fevereiro de 2022, com o início da presente guerra russo-ucraniana (ou, para Putin, sua “operação militar especial”), que abrange o país todo e atingiu um novo patamar de gravidade.

Há visões bastante distintas sobre a crise ucraniana. Em sua obra, Kuzio e D’Anieri (2018) fazem um panorama desses estudos e dividem as principais correntes interpretativas em cinco grupos. A primeira delas deposita no Ocidente a culpa pelo conflito, definindo a Rússia como uma vítima forçada a reagir. Critica-se a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia, alegando-se que elas ignoram o papel da Rússia como grande potência e a legitimidade de sua área de influência. Segundo os autores, essa

corrente é endossada tanto por críticos da política externa estadunidense quanto pelos realistas, sendo a análise de Mearsheimer (2014) uma das mais proeminentes nesse segundo caso (KUZIO; D'ANIERI, 2018).

Já o segundo e terceiro grupos veem a Rússia como indutora da crise. São, assim, complementares. O segundo grupo enfatiza a expansão geopolítica russa, isto é, seu desejo por influência e pelo reconhecimento de seu status como grande potência. Nessa perspectiva, a Rússia é tida como uma nação imperialista que deseja reverter pelo menos parcialmente os resultados de 1991 (ano de dissolução da União Soviética) e tem criado conflitos congelados² desde a década de 1990 com esse fim. Já a terceira perspectiva enfatiza a política doméstica russa, em vez de suas aspirações internacionais. Nesse caso, a crise é vista como um desdobramento das necessidades internas do modelo autocrático construído por Putin e outros ex-agentes soviéticos, para o qual a proliferação da democracia em seu entorno seria uma ameaça (KUZIO; D'ANIERI, 2018).

A quarta linha interpretativa é a geopolítica. Segundo Kuzio e D'Anieri (2018), os trabalhos dessa perspectiva posicionam a crise ucraniana como um conflito mais amplo entre a Rússia e o Ocidente, por vezes reduzindo o papel da Ucrânia a um campo de batalha entre esses dois polos. Na linha geopolítica, ambos os lados são considerados culpados e discute-se uma possível nova Guerra Fria. Por fim, há ainda uma quinta corrente interpretativa, a chamada nacionalista, que é a menos expressiva. Seus autores enxergam o conflito como um esforço de Moscou para restabelecer uma noção identitária da Rússia não como país, mas como civilização, a qual é incompatível com uma Ucrânia independente. Essa linha soma-se às outras que depositam na Rússia a culpa pelo conflito (KUZIO; D'ANIERI, 2018).

No entanto, embora haja diversas interpretações sobre as tensões na Ucrânia, muitas delas são unidimensionais e altamente ideologizadas, como afirma Yakushik (2016). De acordo com o autor, a tragédia ucraniana tem atraído uma miríade de concepções rasas e diametralmente opostas que alimentam a sua continuação, na medida em que não conseguem discuti-la como um fenômeno multidimensional, complexo e contraditório. Assim, caracterizações do conflito abrangem desde a chamada Revolução da Dignidade³ até acusações de um suposto golpe de Estado, passando por intervenções estrangeiras; movimentos

² Do termo em inglês: *frozen conflicts*.

³ Nome atribuído pela corrente pró-Ocidente ao movimento que derrubou o presidente eleito Yanukovytsch em 2014, também conhecido como Revolução Ucraniana de 2014 ou Primavera Ucraniana, em alusão aos protestos da Euromaidan.

separatistas (na visão de Kiev) e regionalistas (na visão de Moscou); levantes neonazistas; entre outras acusações (YAKUSHIK, 2016).

Essa complexidade interpretativa também é discutida por Smoor (2017). O autor aponta para a crise ucraniana como um fenômeno do qual emergiu uma perigosa guerra de informação. Segundo ele, após 2014 ambos os lados envolvidos têm construído narrativas opostas com base em interpretações radicais e simplificações excessivas para reivindicar sua posição, as quais fazem um uso seletivo de elementos históricos. O autor divide essas narrativas em quatro correntes: a) a nacionalista (que enfatiza os interesses nacionais conflitantes da Rússia e da Ucrânia e suas interpretações divergentes da história); b) a geopolítica (que aponta para uma disputa mais ampla entre a Rússia e o Ocidente); c) a estruturalista (que sublinha as fragilidades socioeconômicas internas da Ucrânia); e d) a legal (que analisa o conflito sob as lentes de princípios e tratados internacionais) (SMOOR, 2017).

Para Kuzio e D’Anieri, entretanto, “o debate dominante — sobre quem é o culpado — é insolucionável” (KUZIO; D’ANIERI, 2018, p. 20, tradução nossa)⁴. Mais do que isso, deve-se observar que muitas narrativas com esse fim contribuem para uma guerra de informação que apenas alimenta o caos na Ucrânia (YAKUSHIK, 2016). Assim, o presente trabalho não buscará apontar soluções para a presente crise, mas analisar parte de suas causas e jogar novas luzes sobre esse debate, investigando o conflito pelos níveis de análise regional e inter-regional, ainda menos explorados que os demais.

Como apontam Buzan e Waever (2003), os estudos em Segurança geralmente são dominados por dois níveis de análise extremos: o doméstico e o global. O trabalho de Smoor (2017) deixa isso evidente. Segundo o autor, entre as correntes apresentadas acerca da crise ucraniana, a nacionalista e a estruturalista tendem a enfatizar o nível doméstico (seja com foco na Rússia ou na Ucrânia), enquanto as correntes geopolítica e legal acentuam uma disputa em nível global (SMOOR, 2017). Para Buzan e Waever, no entanto, “o nível regional é onde os extremos da segurança doméstica e global se encontram, e onde ocorre a maior parte da ação” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 43, tradução nossa)⁵.

Segundo os autores, desde a última onda de descolonização o nível regional tem se tornado mais importante na política internacional. Com o fim da Guerra Fria e a queda do

⁴ Do original em inglês: “*The dominant debate – over who is to blame – is one that is unresolvable*”.

⁵ Do original em inglês: “*The regional level is where the extremes of national and global security interplay, and where most of the action occurs*”.

sistema bipolar, as potências regionais passaram a ter cada vez mais peso e autonomia. Assim, eles defendem que a noção de segurança global corresponde mais a uma aspiração que a uma realidade, pois o mundo não é fortemente integrado em termos de segurança. Em sua visão, “pouco pode ser dito nesse nível de generalidade que reflita as preocupações reais na maioria dos países (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 43, tradução nossa)⁶.

Já no que tange ao âmbito doméstico, os autores defendem que a ideia de “segurança nacional” não é um nível de análise muito relevante se isolado dos demais, pois as dinâmicas de segurança são inevitavelmente relacionais. Ou seja, em sua visão, é preciso considerar os níveis sistêmico (global) e subsistêmico (regional) para se ter um quadro apropriado de análise, pois a segurança de nenhuma nação depende apenas de si própria. Como os autores ressaltam, isso não significa que o nível regional é sempre dominante, mas que ele é “consistentemente significativo” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 87)⁷.

Essa concepção pode ser aplicada ao caso ucraniano. Ao analisar-se a crise apenas de um ponto de vista macro (nível global) ou micro (nível unitário), é fácil apontar para a Política Externa dos Estados Unidos, para os movimentos neonazistas na Ucrânia ou para a figura de Putin, por exemplo, como os grandes culpados pela guerra. No entanto, ainda que tais elementos sejam importantes, muitas análises desse tipo tendem a ser unidimensionais e excessivamente ideologizadas, como destacado por Yakushik (2016).

Assim, para além dos grandes impactos da guerra em questão, a importância deste trabalho reside justamente em analisar a crise ucraniana pelo caminho do meio. Em um debate dominado pelos extremos global e doméstico, esta pesquisa buscará investigar os níveis de análise regional e inter-regional. Longe de invalidar os outros dois níveis (doméstico e global), a presente monografia buscará explorar como muitas dessas dinâmicas encontram-se reunidas e intensificadas em um palco comum, a nível regional, e assim contribuir para que sejam produzidas análises ainda mais ricas do conflito.

Para isso, o referencial teórico central desta pesquisa será a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS), de Buzan e Waever (2003). Em sua obra, os autores definem um Complexo Regional de Segurança (CRS) como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus

⁶ Do original em inglês: “[...] only a limited amount can be said at this level of generality that will reflect the real concerns in most countries”.

⁷ Do termo original em inglês: “consistently significant”.

problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente uns dos outros” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 44, tradução nossa)⁸. Ainda de acordo com os autores, a ideia central por trás dessa teoria é de que a maioria das ameaças viaja mais facilmente por distâncias pequenas do que por grandes distâncias, de forma que a interdependência securitária é muito mais forte dentro de grupos regionais compostos por países adjacentes, isto é, Complexos Regionais de Segurança.

Um conceito importante para a TCRS é, portanto, o de *securitização*, uma vez que ele afeta os membros de um complexo conjuntamente. De acordo com Buzan (1997), a securitização pode ser entendida como um processo de discurso (*speech-act*) no qual uma questão é apresentada por um agente securitizador como uma ameaça à sua sobrevivência, assumindo, assim, caráter prioritário. Para que ocorra a securitização de um tema, é necessário que esse problema seja apresentado por autoridades relevantes para um amplo segmento da população. Além disso, é preciso que essa audiência aceite o problema como uma ameaça de segurança, na medida em que providências extraordinárias são tomadas para resolver esse tipo de questão (BUZAN, 1997).

Outro ponto importante desse modelo é que os CRS são configurados sob a ótica da segurança e não se sobrepõem uns aos outros (ou seja, cada país pode pertencer a apenas um complexo). Dessa forma, nem sempre os CRS coincidem com outras delimitações regionais, pois padrões econômicos e culturais, por exemplo, não são definidores desse agrupamento. O que conta para a formação de um CRS é a prática securitária (*security practice*) dos seus atores, isto é, *quem* e *o quê* eles securitizam (BUZAN; WAEVER, 2003). Ademais, os CRS tampouco são definidos pela participação dos seus membros em organizações internacionais ou pelo consentimento destes em pertencer a um mesmo complexo. Na verdade, “[...] a forma mais comum de agrupamento é por dinâmicas negativas, i.e., sendo o problema de segurança um do outro” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 430, tradução nossa)⁹.

De acordo com Buzan e Weaver (2003), a forma padrão dos CRS é de rivalidade interna. Mais especificamente, a sua estrutura essencial é composta por quatro fatores: 1) *fronteira*, que diferencia um CRS de seus vizinhos; 2) *estrutura anárquica*, isto é, a participação de duas ou mais unidades autônomas; 3) *polaridade*, que diz respeito à distribuição de poder

⁸ Do original em inglês: “a set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another”.

⁹ Do original em inglês: “the most common way of being tied together is by negative dynamics, i.e., by being each other’s security problem”.

entre as suas unidades; e 4) *construção social*, concernente aos padrões de amizade e inimizade entre os seus participantes (BUZAN; WAEVER, 2003). Devido a isso, POP (2016) destaca que os CRS reúnem tanto a abordagem realista de Buzan quanto a visão construtivista de Waeaver, pois, ainda que a balança de poder seja importante na dinâmica dos CRS, esses sistemas regionais também dependem da ação e interpretação subjetiva dos seus membros, e não apenas de uma distribuição mecânica de poder.

Outras duas variáveis importantes nos CRS são a *externalização* e a *penetração*. A primeira delas (externalização) representa a forma como uma unidade afeta um CRS pela projeção de suas próprias vulnerabilidades e problemas securitários para além das suas fronteiras. No caso ucraniano esse elemento é bastante evidente. Como demonstra Pop (2016), a anexação da Crimeia levantou receio entre muitos países da região de que o mesmo pudesse acontecer em seus territórios. Já para Moscou, o medo foi de que a Euromaidan, na Ucrânia, servisse de exemplo para levantes pró-Occidente em outros países de sua órbita (YEKELCHYK, 2020). Por outro lado, o conceito de penetração diz respeito ao impacto de potências externas nas dinâmicas securitárias de um complexo (BUZAN; WAEVER, 2003).

Ainda no que tange ao conceito de penetração, os autores afirmam que “um dos propósitos da TCRS é combater a tendência a superestimar o papel das grandes potências e garantir que fatores locais recebam o peso adequado nas análises de segurança” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 46-47, tradução nossa)¹⁰. Ressaltam, ainda, que a interdependência securitária de um país é mais intensa para com os outros membros de um CRS do que para com os Estados de fora. Pontua-se que a forma padrão de um CRS é de rivalidade, balanças de poder e alianças *entre* as potências da região, e que a isso pode somar-se a penetração de potências externas, o que não é obrigatório (BUZAN; WAEVER, 2003).

Entretanto, os autores também destacam que as superpotências possuem interesses tão amplos e capacidades tão massivas que sua ação conduz rivalidades por todo o planeta. Assim, se para a maioria dos países a vizinhança é uma das condicionantes securitárias mais importantes, as superpotências são uma exceção à regra. Nas suas palavras, “superpotências transcendem, por definição, a lógica da geografia e da adjacência em suas relações de segurança” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 46, tradução nossa)¹¹. Nesse sentido, cabe destacar

¹⁰ Do original em inglês: “One of the purposes of RSCT is to combat the tendency to overstress the role of the great powers, and ensure that the local factors are given their proper weight in security analysis”.

¹¹ Do original em inglês: “Superpowers by definition largely transcend the logic of geography and adjacency in their security relationships”.

que o nível global (marcado pela penetração dos EUA no eixo Rússia-Europa, principalmente por meio da OTAN) é bastante relevante no conflito russo-ucraniano. Isso não é, contudo, contraditório à TCRS nem ao recorte regional deste trabalho.

Embora a TCRS defenda a importância do nível subsistêmico, ela não elimina os fatores domésticos e globais. Pelo contrário, Buzan e Waever (2003) defendem a existência de quatro níveis de análise: doméstico, regional, inter-regional e global. Juntos, esses quatro níveis constituem o que os autores chamam de “constelação de segurança” (*security constellation*). Assim, no contexto dos CRS, o nível doméstico centra-se nas vulnerabilidades internas de um Estado em relação aos demais, enquanto o nível global consiste na influência de potências globais em um complexo. Já o nível regional diz respeito às relações interestatais entre nações próximas, e o nível inter-regional, às interações dessas regiões umas com as outras (BUZAN; WAEVER, 2003).

Em suas palavras, “a TCRS afirma que o nível regional será sempre operante e, às vezes, dominante. Não diz que o nível regional deverá ser *sempre* dominante. Nosso argumento é que os quatro níveis de uma constelação de segurança estão simultaneamente em jogo” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 52, tradução nossa, grifo nosso)¹². Com base nisso, Hendler (2014) faz uma análise da crise ucraniana em todos esses quatro níveis e aponta, por exemplo, que a nível global a atuação dos EUA é expressiva — isso porque a manutenção da Rússia como uma ameaça à Europa reflete um interesse estratégico de Washington. Já a nível doméstico, fragilidades socioeconômicas da Ucrânia também pesam. Entre elas, destacam-se a questão identitária (que polariza o país entre grupos pró-Rússia e pró-Occidente), o desempenho econômico insatisfatório e a corrupção nas instituições (HENDLER, 2014).

Reconhecida a importância de todos esses fatores, o foco deste trabalho consistirá, contudo, nos níveis de análise regional e inter-regional. Nesse sentido, um ponto a ser considerado é que houve mudanças significativas no cenário internacional desde a publicação da TCRS por Buzan e Waever em 2003. Com isso, surgiram pesquisas que buscam complementá-la e atualizá-la, pelo menos parcialmente. Os próprios autores fazem isso em algumas de suas obras posteriores a 2003. Nesse contexto, uma das revisões mais consistentes

¹² Do original em inglês: “RSCT asserts that the regional level will always be operative, and sometimes dominant. It does not say that the regional level must always be dominant. We argue that all four levels of a security constellation are simultaneously in play”.

da TCRS é a de Jarzabek (2019), que reúne apontamentos atualizados tanto dos autores originais quanto de diversos outros analistas.

Jarzabek (2019) define cinco áreas nas quais a TCRS pode ser revisada para manter sua aplicabilidade. A primeira consiste nas mudanças ocorridas na balança de poder entre os Estados, os quais tornaram-se mais fortes ou mais fracos ao longo do tempo. A segunda aponta para a emergência de atores não estatais (como grupos terroristas), que também impactam a segurança dos CRS. Já a terceira diz respeito às fronteiras dos CRS, que foram desenhadas com base na realidade geopolítica da virada para o século XXI. A quarta, por sua vez, concerne ao surgimento de novos tipos de ameaça à segurança. Em 2003, algumas delas sequer existiam (como a ameaça cibernética, que transcende o princípio da territorialidade), enquanto outras eram subestimadas. Por fim, a quinta aborda os padrões de amizade e inimizade, que naturalmente sofreram mudanças nas últimas duas décadas.

Especificamente no que tange ao desenho das fronteiras dos CRS, Jarzabek (2019) levanta algumas hipóteses bastante interessantes. Por exemplo, o autor destaca a potencial emergência de um supercomplexo¹³ asiático, originado da integração entre os países do sul, sudeste e nordeste da Ásia. Outra possibilidade seria a emergência da Ásia Central como um CRS independente (originalmente, essa região é classificada como um subcomplexo¹⁴ do CRS pós-soviético). Já na Europa, destaca-se que os Países Bálticos foram tão integrados a estruturas ocidentais (como a UE e a OTAN) que poderiam ser reclassificados como membros do CRS europeu. Além disso, argumenta-se que a percepção desconfiada por parte de países do leste europeu acerca da Rússia aponta para a emergência de um novo subcomplexo dentro do CRS europeu, composto pelos países do seu flanco oriental (*eastern flank*) (JARZABEK, 2019).

Apesar disso, a TCRS permanece altamente relevante. Nas palavras de Jarzabek (2019, p. 61, tradução nossa), “[...] a TCRS segue sendo uma ferramenta teórica perspicaz, bem estruturada e matizada. Seu poder explicativo, bem como muitos de seus princípios basilares, permanecem intactos”¹⁵. Assim, a TCRS continuará dialogando com os capítulos seguintes deste trabalho. O modelo desenvolvido por Buzan e Waeber responde bem ao escopo da

¹³ Um supercomplexo é um grupo de dois ou mais CRS entre os quais uma ou mais grandes potências geram um nível alto de dinâmicas securitárias inter-regionais (BUZAN; WAEVER, 2003).

¹⁴ Um subcomplexo é essencialmente o mesmo que um CRS, com a diferença de que ele está contido dentro de um CRS mais amplo (BUZAN; WAEVER, 2003).

¹⁵ Do original em inglês: “[...] RSCT remains an insightful, well-structured, and nuanced theoretical device. Its explanatory power, as well as many of its sustaining assumptions, remain intact”.

presente pesquisa, pois sua perspectiva regional possibilita a compreensão de nuances do conflito russo-ucraniano que não poderiam ser captadas em toda a sua profundidade apenas nos níveis sistêmico e unitário. Além disso, não há fortes evidências de uma mudança significativa na posição da Ucrânia dentro do CRS pós-soviético. Uma vez que a composição dos complexos se dá por termos securitários, Kiev e Moscou continuam membros de um mesmo CRS, independentemente de quanto isso os desagrade.

Introduzido o tema deste trabalho, a pergunta de partida que se buscará responder nos capítulos seguintes é em que medida a guerra russo-ucraniana é motivada por dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional sob a ótica dos CRS. Assim, esta pesquisa é configurada como um estudo de caso (a guerra russo-ucraniana) de caráter exploratório e abordagem quali-quantitativa. Para atingir seu objetivo principal, que é responder à questão acima colocada, serão analisados dados quantitativos (como fluxos energéticos) e, principalmente, qualitativos (como interesses geopolíticos e posicionamentos políticos oficiais), além de mapas. As fontes utilizadas vão desde livros e artigos científicos até teses, dissertações e publicações de organizações internacionais. Destarte, a revisão bibliográfica será o pilar metodológico central deste trabalho.

Nesse contexto, a hipótese a ser testada é a de que a guerra russo-ucraniana é fortemente motivada por dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional, não podendo ser compreendida apenas como um conflito bilateral isolado ou como uma disputa de nível global entre a Rússia e o Ocidente. Em outras palavras, busca-se testar se o nível intermediário (regional e inter-regional) também tem um peso significativo no conflito, para além dos já tradicionalmente reconhecidos níveis global e doméstico. Assim, os três objetivos específicos desta pesquisa consistem em: i) situar a guerra russo-ucraniana sob a ótica dos Complexos Regionais de Segurança (CRS); ii) analisar dinâmicas geopolíticas regionais ligadas ao conflito; e iii) analisar dinâmicas geopolíticas inter-regionais ligadas ao conflito.

Para isso, além desta seção introdutória, o presente trabalho será dividido em dois capítulos: um com foco no nível regional e outro com foco no nível inter-regional de análise. Entre outras coisas, o primeiro deles buscará apresentar o CRS pós-soviético e a posição da Rússia e da Ucrânia nesse complexo. Buscará, também, explorar as ambições russas de multipolaridade global e de protagonismo regional, bem como investigar a importância geoestratégica da Ucrânia para Moscou. Por sua vez, o segundo capítulo buscará situar a Ucrânia como uma zona de disputa na fronteira entre os CRS pós-soviético e europeu, além de

analisar a expansão da UE e da OTAN como uma ameaça ao Kremlin e explorar os interesses geopolíticos da União Europeia sobre a Ucrânia.

2 A GUERRA RUSSO-UCRANIANA SOB O NÍVEL DE ANÁLISE REGIONAL

Este capítulo explorará as dinâmicas geopolíticas de nível regional no entorno da guerra russo-ucraniana sob a ótica dos Complexos Regionais de Segurança. Com isso, pretende-se evidenciar como a guerra russo-ucraniana é fortemente motivada por dinâmicas geopolíticas de nível regional. Para realizar essa análise, o capítulo está dividido em três seções principais. A primeira busca situar a Ucrânia e a Rússia dentro do CRS pós-soviético, explorando as principais nuances do mesmo e o papel desses dois países na região. Já a segunda tem por objetivo investigar como pensa Moscou em termos de política internacional, haja vista o papel central da Rússia e de suas ambições no CRS pós-soviético. Por fim, a terceira seção visa examinar como a Ucrânia é uma peça fundamental para a estratégia geopolítica russa, destacando características e recursos do país que são caros a Moscou.

Em consonância ao que defendem autores como Lazar *et al.* (2014) e Kapitonenko (2016), argumenta-se que a crise na Ucrânia não é um conflito isolado, mas um embate que é influenciado e influencia dinâmicas da região como um todo. Prova disso são, por exemplo, os documentos e posicionamentos oficiais dos países no entorno da crise, que repercutem seus desdobramentos e denotam uma crescente desconfiança entre os lados envolvidos desde 2014. Belarus e Armênia são os maiores apoiadores de Moscou na região, enquanto Romênia, Moldova e Geórgia são seus maiores críticos (LAZAR *et al.*, 2014; KAPITONENKO, 2016). Apesar da polaridade de posicionamentos, no entanto, “não deveria ser surpresa para ninguém que um país com capacidades e ambições como as da Rússia buscará ter influência sobre a sua periferia; os EUA e a China não são diferentes nesse sentido” (CHARAP; TIMOTHY, 2017, p. 24, tradução nossa)¹⁶.

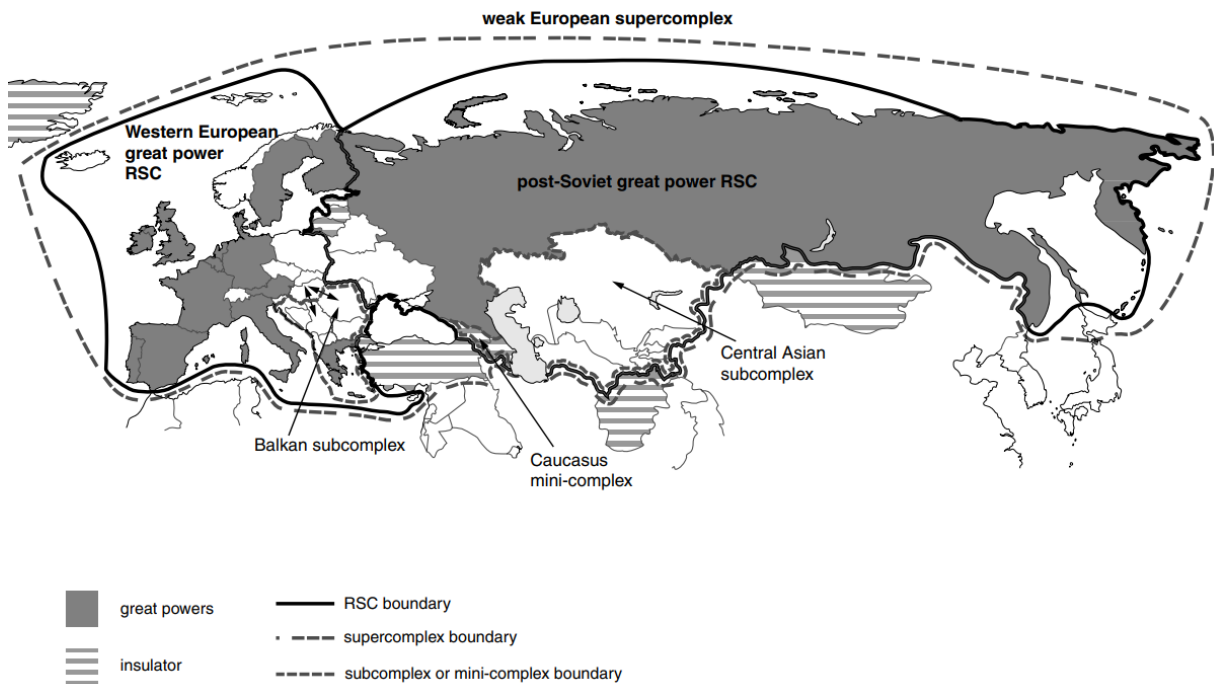
2.1 O CRS PÓS-SOVIÉTICO: UCRÂNIA EM UMA REGIÃO CENTRADA NA RÚSSIA

Uma vez que a Ucrânia e a Rússia fazem parte de um mesmo CRS, analisá-lo em suas principais características estruturais e desafios internos torna-se fundamental para a investigação regional do conflito em questão. No que tange à sua delimitação, Buzan e Waever (2003) apontam que a região abrangida pelo CRS pós-soviético foi historicamente estruturada

¹⁶ Do original em inglês: “It should surprise no one that a country of Russia’s capabilities and ambitions will seek influence over its periphery; the US or China are no different in that respect”.

por dois padrões de longo prazo: 1) as ondas de expansão e contração do Império Russo; e 2) as mudanças nos níveis de envolvimento e afastamento com outras regiões, principalmente a Europa. Além disso, os autores destacam que o desenho e redesenho soviético das fronteiras nacionais da região é a raiz de muitos conflitos atuais nesse complexo (BUZAN; WAEVER, 2003). O CRS pós-soviético pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 - Complexos Regionais de Segurança na Eurásia pós-Guerra Fria



Fonte: BUZAN; WAEVER (2003).

Localizado na Eurásia, o CRS pós-soviético abrange originalmente 15 países. Ademais, Buzan e Waever (2003) o dividem em quatro sub-regiões: os Países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia); o Cáucaso (Armênia, Azerbaijão e Geórgia); a Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) e a região ocidental (composta por Belarus, Moldova e Ucrânia, para além da própria Rússia). Esta última região também é chamada pelos autores de “teatro ocidental” (*western theatre*) ou “o novo leste europeu”, sendo o antigo atualmente chamado de Europa Central (BUZAN; WAEVER, 2003).

Ainda de acordo com Buzan e Waever (2003, p. 406, tradução nossa), “a Rússia molda essa região mais do que qualquer um dos outros países”¹⁷. Nesse sentido, os autores destacam

¹⁷ Do original em inglês: “Russia shapes this region more than any of the other states”.

que o CRS pós-soviético é claramente um CRS centrado (*centred RSC*), isto é, cujo poder é unipolar e centrado em uma única grande ou superpotência (neste caso, a Rússia). Esse tipo de CRS contrasta com o complexo de estilo padrão (*standard RSC*), no qual a polaridade se dá entre duas ou mais potências de nível regional, e também com o chamado complexo de grandes potências (*great power RSC*), no qual a polaridade é definida por pelo menos duas grandes potências, podendo haver outras.

Assim, no que concerne ao papel de peso desempenhado por Moscou no CRS pós-soviético, Buzan e Waever (2003) argumentam que a Rússia até pouco tempo atrás era uma superpotência, e que ela é até hoje uma grande potência. Ademais, outra distinção relevante feita pelos autores nesse quesito é a de Estados fracos e Estados fortes. Nessa concepção, os primeiros são aqueles mais vulneráveis a ameaças externas, uma vez que possuem muitas fragilidades e fragmentações internas com as quais se preocupar, enquanto os segundos podem prestar mais atenção à política internacional e às ameaças externas, pois têm o âmbito doméstico mais controlado. A Rússia se encaixa nesse segundo caso (BUZAN; WAEVER, 2003).

Como mencionado na introdução deste trabalho, é notório que houve muitas mudanças no cenário global desde a concepção original da TCRS. No entanto, a centralidade da Rússia na região do CRS pós-soviético é um ponto que segue atual. Nessa lógica, Lazar *et al.* (2014) fazem uma análise da Rússia em contexto regional e concluem que Moscou tem plenas capacidades para exercer um papel central no seu entorno, o que justifica esse cenário. Em suas palavras,

[...] pode-se concluir que a Rússia tem fortes características da tipologia “Estado forte”: a fragmentação política é inexistente ou mínima, a liderança se beneficia de amplo apoio dos cidadãos, e a política securitária é particularmente focada em ameaças externas. Essas características conferem à Rússia força suficiente para manter o seu poder na região (LAZAR *et al.*, 2014, p. 42, tradução nossa)¹⁸.

Entretanto, se a nível doméstico a Rússia dispõe de estabilidade e segurança para manter uma postura típica de Estados fortes, a nível subsistêmico as relações são mais complicadas. Como observam Buzan e Waever (2003), o CRS pós-soviético é marcado por dinâmicas de ressentimento e desconfiança mútua, polarizações profundas e conflitos latentes.

¹⁸ Do original em inglês: “[...] we may conclude that Russia has strong features of ‘strong state’ typology: there is no or very minimal political fragmentation, the leadership benefits from strong citizenry support, and the security policy is particularly focused on outside threats. These features provide Russia with enough strength to hold its grip on power within the region”.

Mais do que pela simples ausência de estabilidade, a região é definida como um dos principais palcos da instabilidade geopolítica a nível mundial. Nas palavras dos autores,

[...] O CRS todo é atingido por manobras geopolíticas em um nível nunca visto no nível atual em nenhuma parte do mundo. A combinação de decisões em aberto sobre a escolha de alianças e, conseqüentemente, padrões em constante mudança; a ingerência bem-sucedida na política doméstica de outros países para obter-se a orientação de política externa desejada; e as disputas geopolíticas sobre recursos naturais e rotas de transporte acendem tanto mais geopolítica do que em qualquer outro lugar, quanto instabilidade e dificuldade de interpretação (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 414, tradução nossa)¹⁹.

Ainda no que diz respeito às dinâmicas geopolíticas intensas da região, Buzan e Waever ressaltam que “embora algumas tendências possam ser concluídas no nível agregado do CRS, especialmente em relação à política russa, as sub-regiões diferem-se umas das outras a ponto de precisarem ser analisadas uma a uma (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 414, tradução nossa)²⁰. Por exemplo, enquanto nos Países Bálticos as tensões se dão em decorrência da forte integração do grupo ao Ocidente, nas sub-regiões do Cáucaso e da Ásia Central uma disputa central é a do controle sobre o transporte de petróleo e gás. A respeito dessa última questão, os autores destacam que

Para alguns, trata-se energia em si (China); para outros, principalmente das implicações econômicas (os Estados da região e, em certa medida, a Turquia e o Irã, além das companhias petrolíferas); para outros, é principalmente uma maneira de ganhar influência e/ou impedir que outros o façam (os EUA e a Rússia, em particular) (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 422, tradução nossa)²¹.

Entretanto, a sub-região mais importante para a Rússia (e também para o recorte deste trabalho) é a do “teatro ocidental”. Segundo Buzan e Waever,

¹⁹ Do original em inglês: “[...] *the whole RSC is shot through with geopolitical manoeuvring to a degree unseen at the present stage in any other part of the world. The combination of open decisions about alliance choices and therefore constantly shifting patterns, successful meddling in other countries’ domestic politics to obtain the desired foreign policy orientation, and geopolitical struggles over natural resources and transportation routes makes both for more geopolitics than anywhere else and for an instability and difficulty of interpretation*”.

²⁰ Do original em inglês: “*While some trends can be concluded at the aggregate RSC level, especially in relation to Russian policy, the subregions differ sufficientl that they need to be looked at one by one*”.

²¹ Do original em inglês: “*For some this is about en ergy per se (China), for others mostly about the economic implications (the states in the region and to some extent Turkey and Iran, and the oil companies); to others again it is mainly a way to gain influence and/or prevent others from doing so (the USA and Russia, in particular)*”.

O teatro ocidental [...] é tanto a menos quanto a mais intensa das quatro sub-regiões em termos securitários: a menos intensa porque os Estados são mais estáveis e há menos conflitos que no Cáucaso e na Ásia Central, e a mais intensa porque essa é a sub-região mais importante para a Rússia. Assim, mesmo que os problemas de segurança sejam em menor número, eles são revestidos com mais significância. Isso ocorre principalmente porque a Ucrânia e Belarus levantam questões de identidade para a Rússia. Em contraste com os Estados recém-independentes ao sul, esses dois Estados eram vistos como partes integrantes da própria Rússia, e dificilmente como nações/nacionalidades separadas. [...] Uma segunda razão é que a Europa é o elo inter-regional mais valioso para a Rússia e, portanto, os estados ocidentais da CEI são estrategicamente localizados (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 416, tradução nossa)²².

Apesar de sua significância, é importante destacar, por fim, que a sub-região do teatro ocidental não possui coerência interna suficiente para ser considerada um subcomplexo na TCRS. Há pouca compatibilidade entre os seus quatro Estados, embora eles estejam no centro do palco político no CRS pós-soviético e sejam atores-chave para a Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Na verdade, dentro dessa única sub-região, tem-se tanto o parceiro mais próximo da Rússia (Belarus) quanto dois dos países com conexões mais significantes com o Ocidente (Ucrânia e Moldova), de forma que agrupá-los em um subcomplexo seria impreciso (BUZAN; WAEVER, 2003).

Apresentadas as principais características estruturais do CRS pós-soviético, a próxima subseção abordará algumas de suas dinâmicas geopolíticas mais proeminentes, cruciais para que a crise ucraniana seja situada em um contexto mais amplo de disputas a nível regional. Como buscar-se-á demonstrar, o CRS pós-soviético é marcado por uma política oficial de dominação regional por parte da Rússia. Com isso, tem-se uma região repleta de desafios que decorrem de uma relação ambígua com o Kremlin (ora visto como protetor, ora como inimigo), como conflitos congelados e tendências separatistas. Além disso, observa-se que nações e coalizações insurgentes à projeção do poder russo tornam essa região um palco de diversas disputas geopolíticas, contexto subsistêmico no qual está inserida a Ucrânia.

²² Do original em inglês: “*The western ‘theatre’ [...] is both the least and the most security-intense of the four subregions: least because states are more stable and conflicts fewer than in the Caucasus and Central Asia, and most because it is the subregion most important to Russia. Thus, even if security issues are fewer, they are vested with more significance. This is primarily because Ukraine and Belarus raise identity questions for Russia. In contrast to the newly independent states to the south, these states were seen as integral parts of Russia itself and hardly separate nations/nationalities. [...] A second reason is that Europe is Russia’s most valued interregional link, and therefore the western CIS states are strategically located*”.

2.1.1 O “exterior próximo”, conflitos congelados, separatismos e outros desafios do CRS pós-soviético

Um dos elementos essenciais para a compreensão do CRS pós-soviético é a noção de *exterior próximo* (do termo original russo *blizhneyezarubezhye*), que guia a postura política da Rússia na região (SERRA, 2016). De acordo com Lazar *et al.* (2014), esse termo foi cunhado pelo Ministro das Relações Exteriores russo Andrei Kozyrev (1990-1996) no início da década de 1990. O conceito se refere aos direitos especiais reivindicados por Moscou sobre os países do seu entorno estratégico. Como aponta Serra (2016), o exterior próximo russo é sinônimo dos 14 Estados que surgiram após a dissolução da União Soviética e hoje integram o CRS pós-soviético, os quais foram apresentados na seção anterior. Assim, a autora explica que,

De acordo com a caracterização de Buzan e Waever, o CRS pós-soviético é um equivalente do conceito de exterior próximo, e a Federação Russa articula uma política externa visível e comprometida a manter o *status quo* e a liderança natural nesses 14 Estados (SERRA, 2016, p. 195, tradução nossa)²³.

Ademais, segundo Buzan e Waever (2003), o exterior próximo é importante para a Rússia tanto por motivos específicos quanto por razões estratégicas. No que concerne aos motivos específicos, destaca-se as inúmeras externalidades que essa região implica para Moscou, como a possibilidade de desordem política, o avanço do crime, riscos ambientais e ameaças à infraestrutura local (as quais também põem em xeque cadeias produtivas, tendo em vista que nos tempos soviéticos essa infraestrutura era construída de forma conjunta, perpassando diversas repúblicas). Já no que tange aos motivos estratégicos, a principal preocupação russa é garantir controle sobre a região para, assim, continuar sendo uma grande potência a nível global (BUZAN; WAEVER, 2003). Esse último ponto será melhor explorado na seção 2.2.

Analisando a região do exterior próximo como um todo, Craciun (2015) observa que os países que ainda seguem firmemente na esfera russa são Belarus, Armênia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão. Todos esses países integram a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), uma aliança militar importante para a balança geopolítica da

²³ Do original em espanhol: “De acuerdo a la caracterización de Buzan y Waever, el RSC post-soviético es un equivalente del concepto de vecindario cercano, y la Federación Rusa articula una política exterior visible y comprometida a mantener el statu s quo y el liderazgo natural en estos 14 estados”.

região, criada para responder à ameaça da OTAN a oeste. Por outro lado, o entorno russo também é impactado por um segundo grupo de países, estes mais orientados ao Ocidente. Para além dos Países Bálticos, cuja integração com as instituições ocidentais já está tão avançada a ponto de serem situados no CRS Europeu em análises mais recentes, um grupo formado por Ucrânia, Moldova, Geórgia e Azerbaijão vem tentando se integrar às instituições euro-atlânticas e preocupando Moscou (CRACIUN, 2015; BUZAN; WAEVER, 2003).

A Organização GUAM para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico, mais conhecida apenas como GUAM (acrônimo para Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova, seus respectivos Estados-membros) foi criada em 1997. Diferentemente da CEI, comandada por Moscou, a GUAM é uma organização de contrapeso à Rússia na região. Não bastasse isso, a Ucrânia não só faz parte do bloco como é um de seus líderes (ao lado da Moldova), o que torna o grupo ainda mais emblemático no contexto da guerra russo-ucraniana. Entre outras coisas, os GUAM defendem a soberania e a independência dos Estados, bem como a inviolabilidade de suas fronteiras. Apresentam-se contrários a “linhas divisórias e esferas de influência” e têm o objetivo declarado de fortalecer sua cooperação com a OTAN (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 412-413).

Assim, a emergência dos GUAM pode ser vista como um indicador da insatisfação com o domínio russo na região, bem como uma tentativa local de explorar outras alternativas de parcerias. Isso torna o grupo central nas disputas geopolíticas do CRS pós-soviético, pois, embora a maioria das repúblicas do complexo veja a Rússia como uma ameaça, poucas tentam contrabalançá-la de fato (BUZAN; WAEVER, 2003). Dessa forma, no âmbito da TCRS destaca-se que

Se os membros [GUAM] forem capazes de consolidar sua cooperação — e aproximá-la das potências ocidentais como desejam —, o resultado será uma região menos dominada pela Rússia; se não exatamente equilibrada, pelo menos uma região onde a Rússia não é capaz de controlar tudo dividindo para reinar (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 412, tradução nossa)²⁴.

Nesse sentido, é importante frisar que, se os GUAM não dispõem de recursos suficientes para se contrapor à influência de Moscou em termos militares e materiais, eles têm se unido a atores extrarregionais para tentar frear a projeção russa na região (HENDLER, 2014). A nível mais amplo,

²⁴ Do original em inglês: “If the members are able to consolidate their cooperation – and tie it to the Western powers as they intend – the result will be a region less dominated by Russia: if not exactly balanced, then at least one where Russia is not able to control everything by divide-and-rule”.

essa cooperação pode tornar a oposição aos planos russos mais frequente dentro da CEI, além de dificultar o controle e a manipulação por parte de Moscou em seu entorno, o que desafia a centralidade do CRS pós-soviético e a própria posição da Rússia como uma grande potência (BUZAN; WAEVER, 2003). Assim, não deveria surpreender que Moscou enxergue os GUAM como um “Cavalo de Troia anti-CEI e anti-Rússia” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 413).

Para além dos GUAM, outro desafio muito recorrente no CRS pós-soviético é a securitização, por Moscou, das minorias russas vivendo em territórios estrangeiros, muitas das quais possuem ambições separatistas. Como apontam Buzan e Waever (2003), o Kremlin comumente se utiliza desse fator para justificar seus interesses sobre o entorno estratégico russo. A alegação é de que defender os cerca de 25 milhões de russos étnicos que ficaram para fora de sua pátria após a dissolução da União Soviética é seu dever. Esse argumento está presente tanto na atual guerra russo-ucraniana quanto em diversos outros conflitos ocorridos no CRS pós-soviético desde 1993. Grossman (2018), contudo, enxerga a própria manutenção dessas tensões como uma estratégia deliberada russa.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o CRS pós-soviético é marcado por uma série de conflitos congelados. Nas Relações Internacionais, conflitos congelados são aqueles que foram “encerrados” com um cessar-fogo, mas não com um tratado de paz, e, portanto, continuam latentes. No entorno russo há vários exemplos de conflitos assim. Para citar alguns, destacam-se a Guerra da Transnístria (Moldova), os embates na Abecásia e na Ossétia do Sul (Geórgia) e a Guerra de Nagorno-Karabakh (Azerbaijão). Analisado o CRS pós-soviético como um todo, destaca-se que a região tem características perfeitamente propícias para o congelamento de conflitos (GROSSMAN, 2018).

Como explica Grossman, o entorno russo conta com minorias étnicas grandes o suficiente para reivindicarem um Estado próprio, além de divisões sociais que um ator externo (Moscou) pode explorar. Em suas palavras,

Os Estados pós-soviéticos foram deixados no controle de grandes minorias que foram realocadas durante décadas de migração induzida pelos soviéticos, e a evaporação da autoridade central renovou diversas divisões religiosas, étnicas e territoriais que haviam sido suprimidas por um longo tempo. Isso dá à Rússia, uma potência revisionista, o conhecimento local, influência e circunstâncias para fomentar o separatismo e explorar conflitos congelados em sua periferia (GROSSMAN, 2018, p. 51, tradução nossa)²⁵.

²⁵ Do original em inglês: “*Post-Soviet successor states were left in control of large minorities who had been shuffled around over decades of Soviet-induced migration, and the evaporation of central authority renewed many long-suppressed religious, ethnic, and territorial divisions. This gives Russia, a revisionist power, the*

Dessa forma, o argumento do autor é de que congelar conflitos configura-se como uma estratégia russa na região. Entre outras coisas, ele destaca que isso ajuda Moscou a: 1) reter zonas-tampão (*buffer zones*) em seu entorno, o que é importante para a segurança do país devido às suas características geográficas, como a seção 2.3 deste trabalho buscará explicar; 2) frear a integração dos seus vizinhos à UE e à OTAN, uma vez que essas instituições não estão dispostas a desafiar uma resposta militar russa; 3) aprofundar sua presença militar e sua influência nos governos e economias locais, gerando dependência; e 4) portar-se como um mediador de conflitos e, conseqüentemente, um ator central na política internacional da região (GROSSMAN, 2018).

Assim, os conflitos congelados mostram-se dinâmicas geopolíticas extremamente relevantes do espaço pós-soviético. Para Moscou, eles são um elemento-chave na tentativa de mitigar a influência ocidental sobre o seu exterior próximo — e no caso da crise ucraniana não é diferente. Nas palavras de Grossman (2018, p. 56, tradução nossa), “o que começou como um acidente na Moldova e evoluiu para uma oportunidade na Geórgia culminaria em uma estratégia dedicada na Ucrânia”²⁶. Nesse sentido, é crucial lembrar que o país já enfrenta conflitos armados incessantes desde 2014 e que Putin é ciente de que isso afasta o risco de uma integração da Ucrânia à OTAN (YEKELCHYK, 2020). Essa última questão será melhor abordada no Capítulo 3.

Conclui-se, portanto, que o CRS pós-soviético é dominado por Moscou e marcado por uma grande instabilidade geopolítica. Em boa medida, isso se explica pela política oficial russa de buscar dominar e preservar o seu “exterior próximo” como uma zona-tampão. Diante desse cenário, a guerra russo-ucraniana deve ser situada em um contexto mais amplo de disputas de nível regional, e não apenas domésticas ou bilaterais. Reconhecidas as particularidades estratégicas da Ucrânia (que serão melhor exploradas na seção 2.3), é notório que a atuação russa no país faz parte de uma diretriz do Kremlin voltada a todo o seu entorno. Prova disso é que essa política sustenta e se beneficia de uma série de outros conflitos congelados no espaço pós-soviético. Para investigar melhor esse padrão russo, a próxima seção buscará explorar como pensa Moscou em termos mais amplos de política internacional.

local knowledge, influence, and circumstances to foment separatism and exploit frozen conflicts on its periphery”.

²⁶ Do original em inglês: “*What started as an accident in Moldova and evolved into an opportunity in Georgia would culminate as dedicated strategy in Ukraine*”. O trecho faz referência à Guerra da Transnístria (Moldova) e à Guerra da Ossétia do Sul (Geórgia).

2.2 PENSAMENTO POLÍTICO RUSSO: PROTAGONISMO REGIONAL, MULTIPOLARIDADE GLOBAL E MILITARISMO

Como visto na seção anterior, Rússia e Ucrânia fazem parte de um mesmo Complexo Regional de Segurança: o CRS pós-soviético. Mais do que isso, deve-se destacar que esse complexo é do tipo centrado, sendo Moscou a sua grande potência dominante. Dessa forma, tendo em vista o peso da atuação russa nesse espaço, é importante entender como pensa Moscou em termos geopolíticos, bem como quais são as suas principais ambições na região, tendo em vista o impacto disso para o conflito russo-ucraniano. Esta seção dedica-se a esse propósito.

Segundo Buzan e Waever (2003), a política externa da Rússia busca, sobretudo, a sua manutenção enquanto grande potência. Dessa forma, ainda que a atuação regional russa seja intensa, seu grande objetivo transcende o exterior próximo. Ou seja, os processos de securitização no CRS pós-soviético são definidos pela Rússia com foco na sua posição global. Isso não significa, no entanto, que o nível regional não seja importante para Moscou. Pelo contrário: de acordo com Buzan e Waever (2003), a lógica russa é justamente de que, porque é seu objetivo ser uma potência global, também é dever do país controlar seus espaços doméstico e regional.

Ainda de acordo com os autores, no pensamento político russo há praticamente consenso de que Moscou tem uma missão que transborda os seus confins e não deve ser reduzida ao seu núcleo etnográfico. Nesse sentido, destaca-se um senso de identidade que enxerga a Rússia enquanto império e civilização, mais do que apenas nação (BUZAN; WAEVER, 2003). Assim, os autores explicam que “[...] é improvável que a Rússia, mesmo sob pressão, recue para uma agenda de segurança puramente doméstica. O nível do ‘exterior próximo’ é uma arena crucial, e a busca final é o nível global” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 408, tradução nossa)²⁷.

Esse mesmo tom ambicioso pode ser observado nos documentos oficiais russos de Política Externa e Defesa. De acordo com Freire (2021), essas fontes destacam a Rússia como

[...] um ator relevante que prossegue políticas que lhe permitam «alcançar um posicionamento firme e prestigiante na comunidade mundial, consistente com os interesses da Rússia como grande potência, como um dos centros mais influentes do mundo moderno». Os documentos sublinham o estatuto da Rússia como um dos

²⁷ Do original em inglês: “[...] it is unlikely that Russia even under pressure would retreat to a purely internal security agenda. The level of the ‘near abroad’ is a crucial arena and the ultimate measure is the global level”.

«Estados líderes no mundo» e a sua «crescente responsabilidade na definição da agenda internacional e na modelação do sistema das relações internacionais», consolidando a «posição da Rússia como centro de influência mundial» (FREIRE, 2021, p. 53).

Um ponto a ser destacado, nesse sentido, é que a narrativa de poder da Rússia como grande potência foi intensificada com a ascensão de Vladimir Putin ao poder. Como observa Guimarães (2017), após o colapso da União Soviética no começo dos anos 1990, a Rússia passou por uma difícil década de declínio econômico, crise política e obsolescência de suas Forças Armadas. Com a chegada de Putin à presidência no ano de 2000, contudo, a situação e o posicionamento nacionais mudaram. Se na década de 1990 a estratégia russa era, em boa medida, de alinhamento aos EUA, na Rússia de Putin buscou-se resgatar o status de grande potência, dando especial atenção ao desenvolvimento econômico e à segurança nacional (GUIMARÃES, 2017).

Dessa forma, desde o início dos anos 2000 a Rússia de Putin “tem demonstrado ambições e condições de retomar o protagonismo em seu cenário regional” (HENDLER, 2014, p. 6). Mais do que isso, Freire (2021) observa que o novo Documento Estratégico de Segurança russo, publicado em julho de 2021, assume um tom assertivo ao reivindicar um lugar próprio da Rússia no sistema internacional, abandonando definitivamente a “fraseologia liberal dos anos 1990” e ressaltando os seus próprios princípios e objetivos, “não necessariamente coincidentes com os ocidentais” (FREIRE, 2021, p. 54). Ademais, o documento destaca um contexto internacional crescentemente marcado pela tensão com os EUA e o Ocidente, classificados como hostis.

Embora mais intensificado no documento de 2021, o desajuste com o Ocidente já é citado há anos. Analisando a Estratégia de Segurança Nacional de 2015 da Rússia, Piccolli *et al.* (2018) pontuam que esse documento já acusava os EUA e a União Europeia de terem promovido um golpe de Estado na Ucrânia. Além disso, culpava ambos os atores de apoiarem a consolidação de movimentos de extrema-direita no país, num esforço proposital para criar uma imagem da Rússia enquanto inimiga, o que instabilizaria toda a região (PICCOLLI *et al.*, 2018). Mais do que isso, os autores destacam a visão russa de que a instabilidade internacional não decorre da atuação de Moscou no seu entorno, mas da indisposição do Ocidente em aceitar sua liderança regional em um mundo multipolar.

Dessa forma, deve-se ressaltar que outro objetivo central da estratégia russa é justamente a manutenção de uma ordem global multipolar. De acordo com Piccolli *et al.* (2018),

a narrativa russa em seus documentos oficiais é de que Moscou busca garantir a estabilidade estratégica e parcerias mutuamente vantajosas no contexto de um mundo policêntrico. Em consonância a isso, Buzan e Waever (2003) afirmam que as políticas de Moscou podem ser entendidas, de forma mais direta, como uma luta pela posição internacional da Rússia, que busca permanecer no ranking global,

[...] mas, mais estruturalmente, trata-se de o mundo ser multipolar (porque então a Rússia provavelmente é uma das potências) ou unipolar. Assim, o objetivo abrangente da Política Externa para a Rússia é cada vez mais formulado como a necessidade de garantir um mundo multipolar (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 433, tradução nossa)²⁸.

Em vista disso, Guimarães (2017) destaca que a Rússia defende a intensificação e a consolidação do papel da ONU no mundo, pois isso é condizente com o seu objetivo de multipolaridade. Contudo, o autor também aponta que Moscou enxerga o multilateralismo mais como uma forma de concertação entre as grandes potências do que como igualdade entre todos os países. Além disso, é importante mencionar que a ONU é uma das organizações internacionais em que a Rússia mais tem influência, haja vista seu assento permanente no Conselho de Segurança e o seu poder de veto, que explicam em boa medida seu interesse na instituição. De toda forma, para Guimarães (2017) a política externa russa busca a estabilidade da ordem mundial e a manutenção do *status quo*.

No que concerne à multipolaridade, contudo, Buzan e Waever (2003) fazem uma ressalva. Se a nível global ela é interessante para Moscou (pois assim seu espaço entre os grandes decisores está garantido), a nível regional os russos preferem reinar sobre o seu entorno. Como visto, alianças de contrapeso como os GUAM, por exemplo, são vistas como uma ameaça. Além disso, Buzan e Waever (2003) apontam que a própria CEI é vista pelo Kremlin principalmente como uma ferramenta para a sua projeção enquanto líder, pois falar em nome de toda a região é importante para o posicionamento global da Rússia. Nesse sentido, diante do fraco desenvolvimento da CEI, destaca-se que “a Rússia está na mesma situação que os EUA nas Américas, não querendo abrir mão de seu unilateralismo e, assim, encontrando dificuldades para vender ‘multilateralismo’ para os demais na região” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 411, tradução nossa)²⁹.

²⁸ Do original em inglês: “[...] but more structurally it is about whether the world is multipolar (because then Russia is most likely one of the powers) or it is unipolar. Thus, the overarching foreign policy aim for Russia is increasingly formulated as the need to secure a multipolar world”.

Por fim, para além do protagonismo regional e da multipolaridade (entendida como a concertação entre grandes potências), outro elemento que se destaca no ideário russo é o princípio de soberania nacional e de não intervenção. Nesse sentido, Guimarães (2017) ressalta a vontade russa de que, enquanto líder regional, suas decisões valham para o seu exterior próximo sem a interferência estrangeira (EUA e UE). Na visão de Moscou, a Rússia não está preocupada em ditar uma determinada forma de organização política a seus vizinhos. O Ocidente, por outro lado, busca exportar o seu modelo (a democracia) para todos os países, o que é visto pelo Kremlin como desestabilizador (GUIMARÃES, 2017).

É evidente, no entanto, que o discurso russo de multipolaridade, soberania e não intervenção se restringe ao nível das grandes potências em um contexto global. A nível regional, como visto, a Rússia busca exercer um domínio firme sobre seu entorno, inclusive porque isso faz parte de suas ambições mais amplas de política externa. Mais do que isso, no seu exterior próximo Moscou tem demonstrado um crescente militarismo coercivo (KRICKOVIC; BRATERSKY, 2016; FREIRE, 2021). O exemplo da crise ucraniana, embora não seja o único nem o primeiro nesse sentido, deixa o elemento militar da política russa bastante claro.

Em sua análise, Piccolli *et al.* (2018) entendem que a Estratégia Nacional de Segurança russa de 2015 (que foi uma revisão da Estratégia de Defesa Nacional de 2010), publicada no contexto pós-anexação da Crimeia, é incisiva quanto ao uso da força militar. Enquanto o documento cita, por um lado, que as disputas por influência no cenário internacional abrangem uma gama de instrumentos políticos, econômicos e informacionais, argumenta-se, por outro, que “a força militar segue predominante na manutenção do sistema internacional” (PICCOLLI *et al.*, 2018, p. 71). Nesse sentido, os autores destacam que após 2014 Moscou tem depositado um papel mais explícito ao militarismo enquanto instrumento para atingir seus objetivos.

Em contraste com a Estratégia de Defesa Nacional de 2010, Piccolli *et al.* ressaltam que no documento de 2015

A primeira mudança em termos de vocabulário pode ser identificada no parágrafo cinco [...], o qual tangencia a utilização de meios militares para defesa de interesses do país e de aliados. Enquanto sua versão predecessora utiliza-se de tom mais ponderado, mencionando a ‘adesão ao uso de instrumentos políticos, diplomáticos, legais, econômicos, informacionais e (por fim) militares’, [...] o novo documento é incisivo quanto ao uso de força militar à questão, assumindo “compromisso de Moscou em tomar medidas militares [...] após exauridas alternativas político-

²⁹ Do original em inglês: “Russia is in the same situation as the USA is in the Americas, not wanting to give up its unilateralism and therefore finding it hard to sell ‘multilateralism’ to the others in the region”.

diplomáticas e econômicas, a fim de proteger a si e a aliados (PICCOLLI *et al.*, 2018, p. 74).

Assim, no que tange à guerra russo-ucraniana, o argumento russo é justamente de que seus esforços diplomáticos já foram exauridos e o afronte ocidental passou dos limites. Como aponta Bukkvoll (2016), na visão do Kremlin o Ocidente tem explorado, humilhado e interpretado mal a Rússia nos últimos 20 anos, e após a Euromaidan chegou o momento de Moscou responder. Ademais, o autor destaca que no ideário de Putin o fim da Guerra Fria foi possível devido à colaboração do povo russo, mas, em vez de se contentar com isso, o Ocidente reagiu criando novos muros ao redor de Moscou. Diante de tudo isso, “lidar com a Ucrânia de uma forma militar [...] demonstrou ao Ocidente que a Rússia ‘não poderia mais ser ignorada’” (BUKKVOLL, 2016, p. 8, tradução nossa)³⁰.

Se a guinada militar já estava presente nos documentos oficiais russos logo após a anexação da Crimeia, no documento estratégico de segurança russo de 2021 essa tendência é reafirmada. Como destaca Freire (2021), infere-se desse documento uma nova roupagem de justificação, legitimação e afirmação do uso da força e do poder militar. Nesse sentido, para além da emergência de um cunho revisionista por parte de Moscou, a autora destaca que

A tendência de militarização foi particularmente reforçada na última década, incluindo a reforma das Forças Armadas, o investimento no desenvolvimento de novas capacidades militares e equipamentos tecnologicamente avançados, bem como intervenções mais robustas (FREIRE, 2021, p. 53).

A despeito dessa movimentação crescente na esfera militar, o argumento russo é de que suas ações não se configuram como uma ameaça para o seu entorno. Pelo contrário, Krickovic e Bratersky (2016) sustentam que a ideia de Moscou é se posicionar como um garantidor de segurança para os países da região, fazendo frente a supostas ameaças ocidentais e a outros desafios da região, como, por exemplo, o radicalismo islâmico. Por trás dessa narrativa, a expectativa russa é, em boa medida, conseguir avançar o seu projeto de integração regional e econômica com os seus vizinhos. Nas palavras dos autores,

Em vez de se tornar um agressor regional, a Rússia está tentando usar a vantagem que ainda possui em recursos militares e outros recursos de *hard power* para se posicionar como o hegemom securitário regional, ajudando os regimes autoritários fracos da

³⁰ Do original em inglês: “*Dealing with Ukraine in a military way [...] demonstrated to the West that Russia ‘could no longer be ignored’*”.

região a lidar com ameaças internas e externas. [...] Ao prover a segurança desses Estados, Moscou espera ganhar a lealdade dos outros países da região e sua participação em seu projeto de integração econômica regional (KRICKOVIC; BRATERSKY, 2016, p. 2, tradução nossa)³¹.

Nesse sentido, os autores destacam que o movimento observado na política russa é de clara mudança estratégica. Em sua visão, na tentativa de promover seu projeto de integração regional com os seus vizinhos, Moscou passou de uma tática centrada em incentivos econômicos e recursos de *soft power* para outra focada em *hard power*, por meio da qual também tenta vender-se como provedor de segurança para a região. De acordo com os autores, “essa mudança de estratégia reflete o reconhecimento dos limites de seus recursos econômicos e de *soft power*, bem como uma confiança renovada em suas capacidades de *hard power*” (KRICKOVIC; BRATERSKY, 2016, p. 16, tradução nossa)³².

No caso da guerra russo-ucraniana, essa tendência pode ser facilmente observada. Segundo Krickovic e Bratersky (2016), a crise na Ucrânia expôs a capacidade limitada da Rússia de usar incentivos materiais e outros instrumentos não belicosos para manter o espaço pós-soviético sob seu controle. Em decorrência desse fracasso, Moscou decidiu recorrer ao seu ainda considerável poder militar. Na visão dos autores,

Os líderes russos estão plenamente conscientes do perigo dessa estratégia, mas optaram por segui-la porque veem a confiança no *hard power* como a única opção disponível para eles agora [...]. A outra alternativa significaria desistir da busca do domínio regional e do projeto de integração eurásiana e não é considerada uma opção viável. O domínio regional contínuo e a integração eurásiana são considerados críticos para o renascimento econômico da Rússia e para a sua capacidade de manter seu status de grande potência na política internacional, e, portanto, valem o risco (KRICKOVIC; BRATERSKY, 2016, p. 17-18, tradução nossa)³³.

³¹ Do original em inglês: “*Rather than becoming a regional bully, Russia is trying to use the advantage it still holds in military and other hard-power resources to position itself as the region’s security hegemon, helping the region’s weak authoritarian regimes to deal with internal and external security threats. [...] By providing for these states’ security, Moscow hopes to gain the loyalty of the region’s other states and their participation in its project of regional economic integration*”.

³² Do original em inglês: “*This shift in strategy reflects a realization of the limits of its economic and soft-power resources as well as a newfound confidence in its hard-power capabilities*”.

³³ Do original em inglês: “*Russian leaders are fully aware of the pitfall of this strategy, but they chose to pursue it because they see reliance on hard power as the only option now open to them [...]. The alternative would mean giving up the pursuit of regional dominance and the Eurasian integration project, and is not considered to be a viable option. Continued regional dominance and Eurasian integration are regarded as being critical to Russia’s economic revival and its ability to maintain its status as a great power in international politics, and thus worth the risk*”.

Essa estratégia, contudo, não acontece sem custos. Como apontam os autores, recorrer ao campo militar pode prejudicar o poder econômico e o *soft power* de Moscou na região, pois, além de os conflitos pressionarem a economia russa, eles criam medo e ressentimento nos demais países. De toda forma, no que tange à crise ucraniana, afirma-se que a Rússia se vê como uma nação excluída da ordem mundial liderada pelo Ocidente e cuja única ferramenta restante para atingir seus objetivos é a coerção. Nesse sentido, os autores destacam a antiga concepção de que, quando tudo o que se tem é um martelo, há uma tendência a ver o mundo como feito de pregos. Em outras palavras, eles ressaltam que a Rússia vê o poder militar como a solução para os seus problemas porque acredita que essa é a única ferramenta que a resta.

Nesse contexto, Krickovic e Bratersky (2016) sublinham que

Embora a Rússia e o resto do mundo certamente enfrentem muitos desafios de segurança novos e urgentes, a preocupação de Moscou com o uso do *hard power* pode dar origem a uma visão de mundo distorcida, que exagera o grau em que o mundo está se tornando mais perigoso e desordenado e enfatiza em demasia a eficácia dos meios militares tradicionais [...] (KRICKOVIC; BRATERSKY, 2016, p. 19, tradução nossa)³⁴.

Conclui-se, portanto, que o pensamento político de Moscou e sua guinada ao militarismo estão bastante alinhados à sua atuação na Ucrânia e no exterior próximo. Como visto, o grande objetivo da Rússia é manter-se como uma grande potência em um mundo multipolar. Para tal, dominar o seu entorno é tido como essencial, pois somente a partir disso Moscou consegue assegurar o status desejado no cenário global. Assim, a guerra russo-ucraniana deve ser enxergada como um desafio intrinsecamente regional, e não apenas bilateral, pois ela evidencia um padrão estratégico regional expresso tanto nos documentos oficiais russos quanto em outros conflitos da região, a exemplo da guerra da Geórgia em 2008.

Se, por um lado, a guinada russa ao militarismo promove uma escalada exagerada do uso da força e atrai diversas críticas legítimas, por outro, é fato que a Ucrânia tem recursos e características extremamente caras a Moscou do ponto de vista geoestratégico. Assim, o argumento de autores como Girgin (2015) e Brzezinski (1997) é pertinente ao apontar que, sem a Ucrânia, o domínio russo sobre o espaço pós-soviético estaria ameaçado. Tendo isso em vista,

³⁴ Do original em inglês: “*While Russia and the rest of the world certainly face many new and pressing security challenges, Moscow’s preoccupation with the use of hard power may give rise to a skewed world view which exaggerates the degree to which the world is becoming more dangerous and disorderly and overemphasizes the effectiveness of traditional military means [...]*”.

a próxima seção buscará apresentar algumas das principais características da Ucrânia que importam a Moscou, tendo em vista que elas são centrais para a compreensão da guerra russo-ucraniana em uma perspectiva geopolítica.

2.3 UCRÂNIA: IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGICA PARA MOSCOU

A Ucrânia é tida por uma série de autores como a nação mais importante para a Rússia no espaço pós-soviético (LAZAR, 2014; HENDLER, 2014; GIRGIN, 2015). Entre outras razões, destaca-se, primeiramente, que o país possui uma grande população e é o maior país do leste europeu, além de ter uma longa relação de parceria com Moscou (LAZAR, 2014). Nesse sentido, Hendler (2014) ressalta que a Ucrânia foi uma das repúblicas fundadoras da União Soviética já em 1922, diferentemente de vários outros países, que vieram a integrar o bloco apenas mais tarde. Assim, a percepção de que a Ucrânia é uma peça-chave para o campo estratégico de Moscou não é nova.

Como visto, o grande objetivo da política russa é manter-se influente na política internacional. Nesse contexto, Brzezinski (1997) já apontava no final dos anos 1990 que

A Ucrânia, um novo e importante espaço no tabuleiro de xadrez euroasiático, é um pivô geopolítico porque a sua própria existência como um país independente ajuda a transformar a Rússia. *Sem a Ucrânia, a Rússia deixa de ser um império eurasiático.* [...] No entanto, se Moscou recuperar o controle sobre a Ucrânia, com seus 52 milhões de pessoas e grandes recursos, bem como seu acesso ao mar Negro, a Rússia automaticamente recupera os meios para se tornar um poderoso Estado imperial, abrangendo a Europa e a Ásia (BRZEZINSKI, 1997, p. 45, tradução nossa, grifo nosso)³⁵.

Em consonância com isso, Girgin (2015) sustenta que, caso a Ucrânia consiga se libertar da influência de Moscou, iniciar-se-ia o fim do domínio russo no espaço pós-soviético, pois o país tem um forte papel como exemplo sinalizador na região. Naturalmente, isso vai contra os maiores interesses de Moscou, daí a emergência de um conflito nas proporções da atual guerra russo-ucraniana. Ademais, a preocupação russa com esse poder sinalizador da Ucrânia também evidencia como o conflito em questão é fortemente motivado por dinâmicas

³⁵ Do original em inglês: “Ukraine, a new and important space on the Eurasian chessboard, is a geopolitical pivot because its very existence as an independent country helps to transform Russia. Without Ukraine, Russia ceases to be a Eurasian empire. [...] However, if Moscow regains control over Ukraine, with its 52 million people and major resources as well as its access to the Black Sea, Russia automatically again regains the wherewithal to become a powerful imperial state, spanning Europe and Asia”.

geopolíticas regionais. De acordo com essa lógica, Moscou preza por manter Kiev sob sua ordem não apenas devido às particularidades estratégicas do país, mas também devido ao peso que essa aliança confere ao seu status de dominância no CRS pós-soviético como um todo.

Mas, afinal, o que torna a Ucrânia tão importante? Entre outras coisas, a resposta está em características geográficas e recursos naturais e materiais que são extremamente estratégicos para Moscou do ponto de vista geopolítico. Assim, as próximas três seções buscarão apresentar em mais detalhes alguns desses principais elementos, que abrangem desde a posição geográfica e o relevo ucraniano até recursos hídricos, energéticos e militares.

2.3.1 Posição geográfica: o *Heartland* eurasiático e a planície europeia

Nas palavras dos seus próprios criadores, “a TCRS é uma teoria de segurança na qual variáveis geográficas são centrais (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 70, tradução nossa)³⁶. Além disso, os autores também destacam que, no contexto da TCRS, a geografia importa, mas deve ser analisada sob uma lente política. Assim, olhar para aspectos geopolíticos é bastante pertinente para a compreensão do posicionamento russo na região pós-soviética. Nesse sentido, é válido destacar que uma série de autores, como Vitte e Moraes (2022) e Freitas *et al.* (2022) entendem o uso da força russo sobre a Ucrânia como uma estratégia embasada em uma teoria geopolítica clássica: a teoria do *Heartland* de Mackinder.

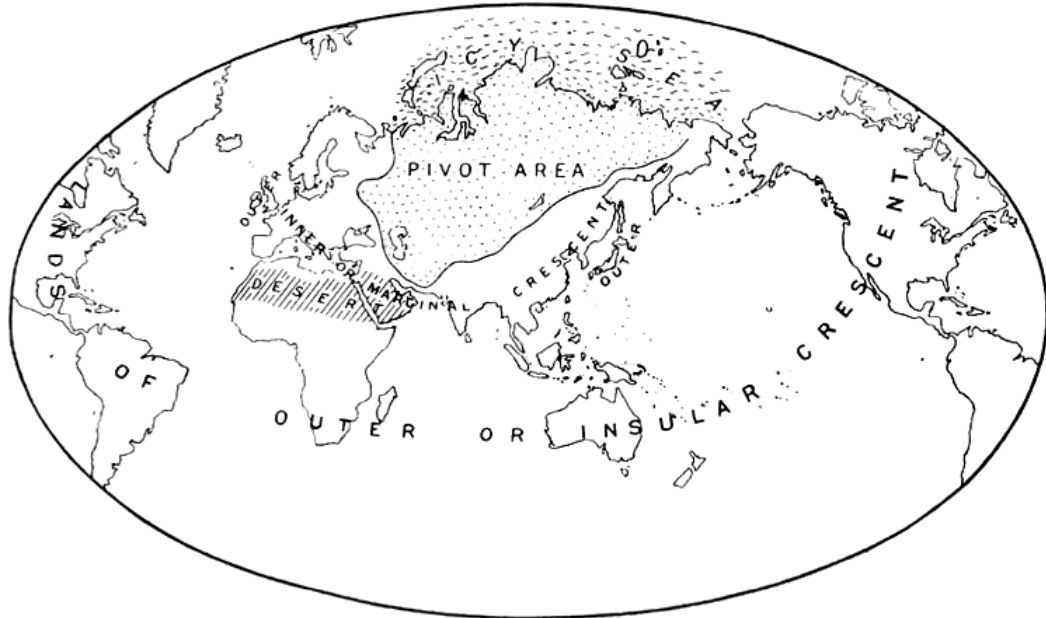
Concebida pelo geógrafo inglês Halford J. Mackinder em 1904, a teoria do *Heartland* possui princípios estratégicos ainda pertinentes na atualidade, embora date do início do século 20 (VITTE; MORAES, 2022). Como apontam Ishikiriyama *et al.* (2021), essa teoria inspirou uma corrente de pensamento denominada Eurasianismo, que confere à civilização russa um caráter transcontinental (abrangendo a Europa e a Ásia) e está bastante presente no ideário de Putin. Segundo os autores, o governo do presidente russo atraiu para si notáveis eurasiáticos, como Alexandr Dugin, dando ênfase à geopolítica e à projeção mundial de Moscou.

Em resumo, a teoria do *Heartland* de Mackinder defende que o controle dos mares não mais representaria a chave do domínio global (é importante lembrar que, na época de sua concepção, os oceanos eram dominados pela marinha britânica). Pelo contrário, a área terrestre denominada de *Heartland* (algo como “coração da terra”, em tradução livre) ou “Área Pivô” (*Pivot Area*) seria o caminho para a hegemonia global. Esta zona, localizada no centro da

³⁶ Do original em inglês: “RSCT is a theory of security in which geographical variables are central”.

Eurásia, é riquíssima em recursos naturais e teria a característica peculiar de ser de difícil acesso pelo mar e, portanto, de difícil controle. A Área Pivô pode ser observada na Figura 2:

Figura 2 - A Área Pivô segundo Mackinder



Fonte: MACKINDER (2004).

Na teoria de Mackinder, o país que dominasse todo o *Heartland* teria o controle do mundo. Em sua lógica, com o passar do tempo a Área Pivô apresentaria uma tendência de expansão centrífuga, conquistando territórios circundantes que a permitissem acesso aos mares quentes e aos oceanos Pacífico e Atlântico. Com isso, o Estado no controle do *Heartland* se tornaria uma espécie de potência anfíbia, transitando tanto pelo poder terrestre quanto pelo poder marítimo. Devido a isso, as disputas pelo controle dessa região estariam no centro da geopolítica mundial (MACKINDER, 2004).

Como aponta Freitas (2022), as ideias de Mackinder estiveram bastante presentes durante a Guerra Fria. Ao criar-se a chamada “estratégia de contenção”, amplamente empregada pelos EUA e seus aliados ocidentais, uma ideia central era impedir o avanço soviético sobre o chamado *Heartland* no período. Assim, o autor argumenta que “[...] a busca pela influência econômica e militar sobre os Estados do leste europeu é um símbolo político da disputa pela hegemonia global que, de certa maneira, resgata o conflito ideológico da Guerra Fria [...]” (FREITAS, 2022, p. 183). Além disso, Freitas ainda sustenta que

[...] o resgate da teoria em questão pode complementar o debate sobre o conflito [russo-ucraniano], pois destaca a relação entre projeção de poder e o espaço terrestre, bem como o movimento de expansão (força centrífuga) exercido pela Rússia e o movimento de contenção (força centrípeta) exercido pela OTAN, debate em cujo epicentro se encontra a Ucrânia (FREITAS, 2022, p. 173).

Nesse sentido, é importante frisar que a Ucrânia está localizada em uma área extremamente estratégica. Para além de integrar a região que Mackinder definia como o *Heartland*, ela também está situada entre as atuais Europa Ocidental, Rússia e Ásia Central, configurando-se como uma importante conexão cultural, econômica, energética e securitária entre todos os lados (VITTE; MORAES, 2022). No contexto da TCRS, contudo, é importante lembrar que a sub-região do “teatro ocidental” (a oeste) é justamente a mais importante para o Kremlin, em boa medida devido ao seu elo com o continente europeu e com as instituições ocidentais, encaradas com desconfiança (BUZAN; WAEVER, 2003).

Assim, outra característica física importante da Ucrânia é a sua posição como corredor entre a Rússia e a Europa e, mais precisamente, o seu relevo, que facilita bastante o transporte entre ambos. Como aponta Poty (2022), as únicas barreiras naturais da Ucrânia são o mar Negro (ao sul) e os pântanos de Pinsk (ao noroeste), que consistem em uma das maiores áreas alagadas da Europa. O centro do país, por outro lado, é formado por uma grande planície, de modo que não há obstáculos naturais significativos para a viagem no sentido Ocidente-Oriente e vice-versa. Em termos securitários, essa configuração de terreno é vista por Moscou com preocupação (POTY, 2022; ALBUQUERQUE, 2022).

Essa planície, entretanto, não se restringe apenas à Ucrânia. Na verdade, a atenção de Moscou está voltada para toda a chamada planície europeia, uma grande porção de terra que se estende desde o litoral ocidental da França até os montes Urais, na Rússia. De acordo com Poty (2022, p. 79), as características geográficas dessa área “permitem a locomoção mais fácil de tropas terrestres e a visualização por forças inimigas a maior distância, devido à ausência de obstáculos naturais”. O autor destaca, ainda, que essa região é marcada pelas estepes, uma formação vegetal caracterizada pelo clima seco, na qual há poucas árvores e predominam as gramíneas. A planície europeia pode ser observada em cinza na Figura 3:

Figura 3 - A planície europeia



Fonte: MARSHALL (2015).

De acordo com Amal (2017), o fato de essa região poder ser percorrida sem a necessidade de se cruzar barreiras naturais, como montanhas ou desertos, historicamente facilitou o trânsito de povos e tropas militares entre a Rússia e a Europa ocidental. Como o autor observa, “nos últimos 500 anos, a Rússia foi invadida diversas vezes pelas nações ocidentais através desta planície. Os poloneses em 1605; os suecos com Charles XII em 1707; os franceses com Napoleão em 1812; e os alemães na primeira e segunda guerra mundial” (AMAL, 2017, n.p.). Ainda de acordo com o autor, é importante destacar que a Ucrânia encerra a fronteira sul da planície europeia com a cordilheira dos Cárpatos. Dessa forma, o país conta com uma proteção natural adicional contra exércitos ocidentais.

Por todos esses motivos, Amal (2017) explica que a Ucrânia consiste em um Estado-tampão (*buffer state*) de enorme importância estratégica para a Rússia. De acordo com Marshall (2015), se o leste da Ucrânia tivesse montanhas, a planície europeia seria um corredor de ataque menos ameaçador para Moscou. No entanto, devido às próprias invasões históricas citadas, o autor ressalta que “Putin, como os líderes russos antes dele, possivelmente sente que não tem

escolha a não ser pelo menos tentar controlar as planícies a oeste da Rússia” (MARSHALL, 2015, n.p., tradução nossa)³⁷.

Nesse sentido, Grossman (2018) aponta que a falta de obstáculos geográficos contra inimigos (para além do “General Inverno”³⁸) faz com que a Rússia procure consistentemente expandir e manter uma barreira de proteção em seu entorno. Ainda de acordo com o autor, essa postura é influenciada pela ideia de Robert D. Kaplan de que potências terrestres são perenemente inseguras. Nessa perspectiva, a ausência de mares as tornaria constantemente insatisfeitas e criaria a necessidade de expansão contínua para proteção (GROSSMAN, 2018). Ademais, outro fator que interessa a Rússia ao manter uma zona-tampão é a própria extensão territorial. De acordo com Marshal (2015), um longo trajeto a ser percorrido significa que

“[...] no momento em que um exército se aproxima de Moscou, ele já tem linhas de suprimentos insustentavelmente longas, que se tornam cada vez mais difíceis de proteger à medida que se estendem pelo território russo. Napoleão cometeu esse erro em 1812 e Hitler o repetiu em 1941” (MARSHAL, 2015, n.p., tradução nossa)³⁹.

Dessa forma, no cálculo estratégico de Moscou, o controle sobre os países que compõem a planície europeia é crucial para a sua segurança, pois isso garante uma zona-tampão contra investidas militares ocidentais. Entretanto, como destaca Mearsheimer (2014), desde o fim da União Soviética Moscou tem perdido espaço nessa região. Com o avanço da UE e da OTAN para o leste, Ucrânia e Belarus são, atualmente, os dois últimos Estados-tampão entre a Rússia e o Ocidente na Europa — daí sua importância para Putin. Especificamente no caso da Ucrânia, Sarikaya (2017) sustenta que o país foi historicamente entendido como uma zona-tampão por Moscou, e não é coincidência que a própria palavra “Ucrânia”, de origem eslava, tenha o sentido de “fronteira”.

³⁷ Do original em inglês: “*Putin, like Russian leaders before him, likely feels he has no choice but to at least try to control the flatlands to Russia’s West*”.

³⁸ Termo atribuído ao inverno russo que faz alusão às suas baixas temperaturas e dificuldades de transporte. Historicamente, o inverno russo é conhecido por já ter ajudado o país a frear inimigos que avançavam em direção ao seu território.

³⁹ Do original em inglês: “*[...] by the time an army approaches Moscow, it already has unsustainably long supply lines, which become increasingly difficult to protect as they extend across Russian territory. Napoleon made this mistake in 1812, and Hitler repeated it in 1941*”.

2.3.2 Recursos hídricos e infraestrutura energética

Se a posição geográfica e o relevo da Ucrânia importam para Moscou, outros aspectos que se destacam são seus recursos hídricos e a sua infraestrutura energética. No que tange aos primeiros, Vitte e Moraes (2022) apontam que recursos hídricos são bastante estratégicos. Seu controle conduz diversos conflitos devido à sua relevância geopolítica a nível global. Nesse sentido, os autores ressaltam que os principais rios da Área Pivô, apresentada na seção 2.3.1, deságuam em mares localizados no interior continental (como o mar Cáspio) ou na região do Ártico (de difícil navegação), o que consiste em um problema logístico para os russos. Os seis principais rios da Rússia e suas respectivas fozes podem ser observadas no Quadro 1:

Quadro 1 - Os seis principais rios da Rússia

Rios	Comprimento canal (Km)	Área da bacia (km ²)	Vazão m ³ /s	Localização da foz	Portos
Volga	3.688	1.360.000	8.060	Mar Cáspio	Sim
Lena	4.400	2.500.000	16.870	Oceano Ártico	sim
Ob	3.700	2.972.497	12.480	Oceano Ártico	sim
Ienissei	4.093	2.580.000	19.800	Oceano Ártico	sim
Amur	2.824	1.855.000	11.4000	Oceano Pacífico	sim
Don	425.600	1870	935	Mar de Azov	sim
Total	19.042,600	11.269.367	69.545		

Fonte: VITTE; MORAES (2022).

Como apontam Vitte e Moraes (2022), apenas a área ocidental da Rússia conta com um bom estoque de recursos hídricos. O problema, contudo, é que a maioria dos rios dessa região nasce ou passa por outros países, como a Letônia e a Estônia, que atualmente integram a UE e a OTAN. Esse é o caso dos rios Neman e Duína Ocidental, que deságuam no Golfo da Finlândia. Além disso, os autores ressaltam que os dois únicos rios que nascem na Rússia e desembocam no mar de Azov (por meio do qual Moscou acessa o mar Negro, o Mediterrâneo e, conseqüentemente, o Oceano Atlântico) são os rios Don e seu afluente Donets. No entanto, ambos esses rios têm possibilidades muito limitadas de navegação e de transporte de mercadorias. Ademais, o rio Donets também percorre a região de Donbass (na Ucrânia) antes de desaguar no mar de Azov, o que atrapalha o controle russo (VITTE; MORAES, 2022).

Diante desse cenário, ao se considerar a foz como um elemento importante na geopolítica, o rio Dniepre é tido como altamente estratégico para Moscou na Ucrânia. O Dniepre nasce na Rússia e atravessa Belarus e Ucrânia de norte a sul até desembocar no mar Negro. Com 2.200 km de extensão (dos quais 1.670 km são navegáveis), esse é o principal rio ucraniano e o quarto maior da Europa. Suas águas são navegáveis por pelo menos 10 meses no ano e servem como canal de transporte para diversas mercadorias russas, como trigo, milho e carvão mineral. Além disso, o seu alto curso permite a construção de canais que o interliguem a outros rios, o que pode facilitar o escoamento de produtos russos para o mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico (VITTE; MORAES, 2022).

Ao longo do percurso do rio Dniepre foram construídas diversas usinas hidrelétricas (que abastecem a região industrial de Donbass), além de vários portos, como os de Dorogobuzh e Smolensk (na Rússia) e os de Orsh, Kiev e Kherson (na Ucrânia). No entanto, para além do peso econômico, Vitte e Moraes (2022) destacam que o rio Dniepre tem sido historicamente visto pela Rússia como a sua única possibilidade para controlar o mar Negro e se movimentar no Mediterrâneo e no Atlântico. Dessa forma, o domínio sobre o Dniepre representa, também, uma estratégia russa para escapar do controle militar ocidental. Ainda de acordo com os autores, o acesso ao Atlântico fazia parte das ambições de Catarina II ao expandir o império russo para o oeste já no ano de 1768 (VITTE; MORAES, 2022).

A saída para portos de águas mornas é outro fator crucial para Moscou. Como apontam Vitte e Moraes (2022), essa é uma das maiores debilidades geopolíticas do país, a qual restringe significativamente o poder global de Moscou. Nesse sentido, cabe destacar que vizinhos como a China, por exemplo, possuem um litoral recortado e com águas que não congelam. A Rússia, por outro lado, tem um litoral que passa boa parte do ano congelado, o que impede o transporte marítimo. Os portos de São Petersburgo e de Arkhangelsk, por exemplo, costumam passar os meses de inverno assim. Já o porto de Vladvostok (de águas mornas) está localizado no mar do Japão, cuja predominância militar é do país asiático. Assim, destaca-se que o porto de Sebastopol (na Crimeia) é de vital importância para Moscou, pois este é o único porto de águas mornas completamente controlado pela Rússia (AMAL, 2017; VITTE; MORAES, 2022).

Para além da questão hídrica, entretanto, outro grande setor de interesse de Moscou sobre a Ucrânia é o energético. Como apontam Bozic *et al.* (2021), no último século, a maior parte do gás russo exportado para a Europa tem sido entregue por gasodutos construídos na antiga União Soviética. Porém, após a dissolução da URSS uma parte significativa de sua

infraestrutura energética passou para as mãos de Estados que não estavam mais sob o controle direto da Rússia. Ademais, é crucial destacar que, entre todas as ex-repúblicas soviéticas, a Ucrânia é o Estado que possui a maior parte dessa infraestrutura (BOZIC *et al.*, 2021).

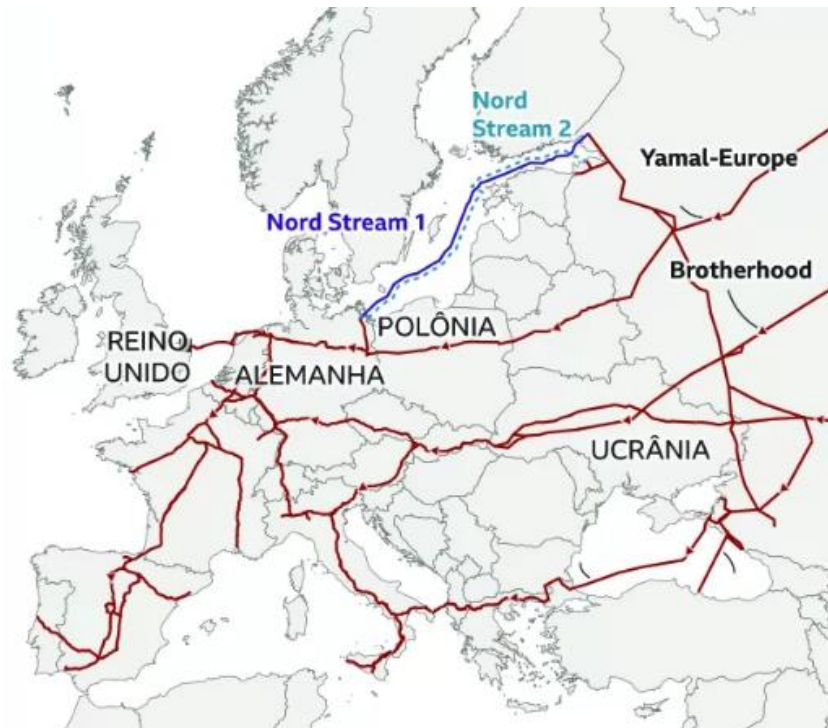
Nesse contexto, Grossman (2018) explica que, devido a essas linhas de distribuição e armazenamento serem um produto do investimento soviético, Moscou as enxerga como parte de sua propriedade legítima até hoje. Assim, observa-se que a extensa rede de gasodutos, oleodutos e reservatórios da Ucrânia se configura como mais um ponto de interesse do Kremlin sobre o país. Diante disso, Bozic *et al.* (2021) explicam que

A principal razão pela qual existe uma rede de gasodutos tão desenvolvida na Ucrânia, além da óbvia posição geográfica na fronteira dos países da Europa Central, é que quase 30% de todo o gás da URSS durante as décadas de 1960 e 1970 do século 20 foram produzidos na Ucrânia, que teve uma posição central na indústria de gás da URSS por décadas. Durante a década de 1950, os campos de gás no oeste da Ucrânia eram os mais importantes de toda a URSS (BOZIC *et al.*, 2021, p. 2, tradução nossa)⁴⁰.

Dessa forma, em razão da sua localização geográfica, Sarikaya (2017) ressalta (em um contexto pré-guerra) que a Rússia tem exportado a maior parte de seus recursos energéticos para a Europa através dos gasodutos ucranianos. De acordo com Bozic (2021), a rede de transmissão de gás ucraniana consiste em mais de 37 mil quilômetros de gasodutos, contando com 12 pontos de entrada pela Rússia, Belarus, Polônia, Eslováquia e Hungria, além de 7 principais pontos de saída para a Rússia, Polônia, Eslováquia, Hungria, Romênia e Moldova. Com isso, a Ucrânia está no centro do canal de distribuição de gás europeu. Os principais gasodutos da Europa podem ser observados na Figura 4:

⁴⁰ Do original em inglês: “*The main reason why there is so highly developed network of pipelines in Ukraine, besides obvious geographical position on the border of central European countries, is that almost 30% of entire USSR gas during the 1960s and the 1970s of the 20th century was produced in Ukraine, which had a central position in USSR gas industry for decades. During the 1950s gas fields in western Ukraine were the most important in the entire USSR*”.

Figura 4 - Os mais importantes gasodutos da Europa



Fonte: BARRÍA (2022).

Segundo Bozic *et al.* (2021), essa extensa malha de gasodutos dá à Ucrânia uma capacidade técnica de saída de 178 bilhões de metros cúbicos (m^3) de gás natural por ano. Para fins de comparação, a capacidade de fluxo do gasoduto Nord Stream 1 é de apenas 55 bilhões de m^3 por ano. Já o Nord Stream 2 (ainda não inaugurado) tem a mesma capacidade do seu antecessor. Mesmo somados, esses dois gasodutos ainda representariam apenas 110 bilhões de m^3 por ano, menos de dois terços da capacidade ucraniana. Já o TurkStream (outro gasoduto russo concorrente à malha ucraniana, este com destino à Turquia através do mar Negro) é de apenas 31,5 bilhões de m^3 por ano (BOZIC *et al.*, 2021).

Quanto à importação europeia de gás natural, Bozic *et al.* (2021) avaliam que, nos últimos 10 anos, a demanda média dos países da UE e do Reino Unido soma 458,1 bilhões de metros cúbicos por ano. Logo, a Ucrânia tem infraestrutura suficiente para entregar quase 40% de toda a demanda de gás natural da Europa. Além disso, analisando a demanda no continente do ano de 2000 até 2018, Szurlej (2019) ressalta que, em média, 44,7% de todo o gás russo exportado para a Europa é transportado por gasodutos ucranianos. Dessa forma, observa-se que a interdependência entre os dois países ainda é bastante grande no campo energético.

Como aponta Ruszel (2019), a despeito dos esforços russos para contornar essa dependência (como evidenciam os projetos Nord Stream e TurkStream), Moscou ainda precisa dos gasodutos da Ucrânia para cumprir obrigações contratuais de fornecimento de gás para a Europa. Ademais, os ucranianos sabem disso e já utilizaram sua infraestrutura energética como arma política diversas vezes, causando as conhecidas disputas de gás entre Moscou e Kiev (SARIKAYA, 2017). Por outro lado, é importante destacar que a Ucrânia também depende da Rússia nesse sentido, pois o país cobra taxas que geram uma receita significativa pelo trânsito de gás. Além disso, a própria Ucrânia é dependente da energia russa. Assim, um de seus objetivos estratégicos é manter-se como um corredor de trânsito de gás e assegurar certo poder de barganha com o Kremlin (RUSZEL, 2019).

Independentemente desses interesses, o fato é que, do ponto de vista comercial, a rota de gás mais barata entre a Rússia e a Europa continuará sendo a Ucrânia, mesmo em um cenário de inauguração do Nord Stream 2 (RUSZEL, 2019). Ademais, Bozic *et al.* (2021) observam que gasodutos continuam sendo a forma menos onerosa de transmissão de gás natural, e “[...] há muito poucos contra-argumentos ou estudos que mostrem o contrário, de forma que as principais rotas de entrega por dutos subterrâneos permanecerão semelhantes na próxima década, independentemente da crescente participação do mercado de GNL⁴¹” (BOZIC, 2021, p. 1, tradução nossa)⁴². Cabe destacar, assim, que um objetivo essencial da política russa sobre a Ucrânia consiste em obter ou manter o controle sobre a infraestrutura energética da região, como gasodutos, oleodutos, refinarias e instalações de armazenagem (VALASEK, 2008).

2.3.3 O mar Negro e a frota russa em Sebastopol

O mar Negro é uma das mais importantes regiões do entorno russo para Moscou. Para além de servir ao transporte marítimo, o mar Negro é atravessado por uma rede de oleodutos e gasodutos submarinos que ligam o Cáucaso à Europa e tem uma importância econômica e estratégica significativa. Ademais, a importância militar da região também é forte, principalmente pela presença da península da Crimeia ao norte, a qual é central ao conflito russo-ucraniano (especialmente após a sua anexação pela Rússia no ano de 2014). Entre outros

⁴¹ Sigla de “gás natural liquefeito”, que é o gás natural resfriado e condensado ao estado líquido.

⁴² Do original em inglês: “[...] there has been very few counterarguments or studies that show differently, hence, major delivery routes via underground pipelines, regardless to growing LNG market shares, will stay similar in the next decade”.

motivos, a Crimeia se destaca pela cidade portuária de Sebastopol, que é sede da Frota do Mar Negro, braço fundamental da marinha russa (MACHADO; PICCOLLI, 2015).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, após a independência da Ucrânia em 1991, a Rússia perdeu a sua base naval em Sebastopol e, com isso, a sua supremacia no mar Negro. Pouco depois, em 1993, o Parlamento russo decidiu unanimemente que Sebastopol pertencia à Rússia. Após uma série de negociações e acordos, a Rússia retomou o controle sobre a frota em 1997, quando foi aprovada a permanência de suas tropas na região por, inicialmente, mais 20 anos. Naturalmente, com a anexação da Crimeia a presença de Moscou foi estendida por tempo indeterminado. Diante desse contexto, é notório que o mar Negro é indispensável para Moscou, pois ele consiste na principal via marítima da Rússia e garante acesso ao Cáucaso, ao Mediterrâneo (e, portanto, ao Ocidente) e também ao mar Cáspio, coração da Ásia Central, por meio do canal Volga-Don (KUZIO; D'ANIERI, 2018; SARIKAYA, 2017; POP, 2016).

Como aponta Nikolko (2019), a região do mar Negro tem uma crescente importância geopolítica para diversas organizações internacionais, como a UE, a OTAN, os GUAM, a CEI e a Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro (OCEM). Pelo fato de ser um forte corredor de comércio e de abrigar múltiplos projetos envolvendo gasodutos e oleodutos submarinos, a segurança da região tornou-se uma preocupação primordial para muitos atores. Para nenhum deles, contudo, o mar Negro tem um peso tão grande quanto para Moscou. De acordo com Craciun, “para a Rússia, [...] o futuro status do mar Negro é uma questão existencial” (CRACIUN, 2015, p. 26, tradução nossa)⁴³. Nessa mesma perspectiva, Neacsu (2015) argumenta que o mar Negro representa uma espécie de fronteira geopolítica entre o Ocidente e a Rússia, importante para o primeiro, mas vital para a segunda.

Segundo Nikolko (2019), as tropas fixas da frota do mar Negro somam entre 12 mil e 14 mil soldados, o que a torna um *player* decisivo na região. Ademais, Girgin (2015) afirma que a Rússia busca continuar aumentando essa frota, na medida em que ela é percebida como uma peça essencial para a sua segurança nacional, além de garantir a predominância russa em um possível conflito com a OTAN. Nesse quesito, destaca-se que a localização estratégica dessa frota já ajudou a Rússia a, por exemplo, derrotar a Geórgia na guerra da Ossétia do Sul em 2008 (SARIKAYA, 2017). Dessa forma, Kapitonenko (2016) e Neacsu (2015) apontam que, após controlar a Crimeia, a Rússia se tornou a potência dominante do mar Negro, chegando a fazer frente à projeção de poder da Turquia na região (mais orientada ao Ocidente).

⁴³ Do original em inglês: “*For Russia, [...] the future status of the Black Sea is an existential question*”.

Tendo isso em vista, Neacsu (2015) aponta que o mar Negro desempenha um papel de articulação entre sistemas geopolíticos regionais e globais. A nível regional, destaca-se o peso estratégico da Crimeia e o porto de Sebastopol, para além do contato com os Bálcãs e a Turquia. Na visão russa, este último país é importante não só por controlar o estreito de Bósforo, mas também por ser uma fronteira com o mundo islâmico. Já a nível global, o mar Negro representa para Moscou o acesso marítimo ao Ocidente. Dessa forma, suas águas são vistas como uma zona essencial à segurança, e é um objetivo de Moscou manter sua frota patrulhando a região. Como explicam Nikolko (2019) e Neacsu (2015), encarar os seus “mares do sul” (Negro, Azov e Cáspio) como uma “questão doméstica” (onde o princípio da liberdade dos mares não pode ser aplicado) é um legado soviético que continua atual na visão russa do seu entorno, de forma que Moscou não suportaria perder a Ucrânia e sua base naval em Sebastopol ao Ocidente.

Conclui-se, portanto, que a Ucrânia possui características físicas e recursos naturais e materiais extremamente estratégicos para Moscou e seu entorno. Em razão disso, o país é visto pelo Kremlin como uma peça fundamental para o seu domínio sobre o CRS pós-soviético e, conseqüentemente, para a manutenção de sua relevância no cenário global, que é o seu maior objetivo de Política Externa. Assim, sob a ótica da TCRS, observa-se que Moscou securitiza a aproximação de Kiev com o Ocidente como uma ameaça que instabiliza todo o “exterior próximo”, haja vista o forte poder sinalizador da Ucrânia na região. Diante dessa securitização, emerge um militarismo cada vez mais acentuado da Rússia em seu entorno. Nesse sentido, a guerra na Ucrânia deve ser encarada não como um caso isolado, mas como um conflito fortemente influenciado por dinâmicas geopolíticas de nível regional. Como visto, essa preocupação russa com o nível regional está expressa tanto em seus documentos oficiais quanto em outros conflitos congelados do espaço pós-soviético, salvas as particularidades de cada um.

A seguir, o Capítulo 3 buscará mostrar como a guerra russo-ucraniana também é impactada por dinâmicas geopolíticas de nível inter-regional, dando ênfase ao peso do CRS europeu e da OTAN no conflito.

3 O NÍVEL DE ANÁLISE INTER-REGIONAL DO CONFLITO

Explorado o nível de análise regional, este capítulo abordará o nível inter-regional do conflito russo-ucraniano. Com isso, o objetivo é evidenciar como a guerra na Ucrânia também é fortemente motivada por dinâmicas geopolíticas inter-regionais. Para esse fim, o capítulo divide-se em três seções principais. A primeira busca situar a Ucrânia na fronteira entre os CRS europeu e pós-soviético, ressaltando como a projeção de poder desses dois polos distintos contribui para a instabilidade do país. Já a segunda tem por objetivo analisar como e por que a expansão da União Europeia e da OTAN é vista por Moscou como uma ameaça, discussão que está no centro do conflito em questão. Por fim, a terceira seção visa explorar como a Ucrânia também é um país importante para o CRS europeu, destacando alguns dos principais interesses geopolíticos da UE nessa relação.

3.1 UCRÂNIA NA FRONTEIRA ENTRE OS CRS PÓS-SOVIÉTICO E EUROPEU: DISPUTA E INSTABILIDADE

Como visto no Capítulo 2, a Ucrânia pertence ao CRS pós-soviético, que é centrado em Moscou. Entretanto, o país está localizado na sub-região chamada por Buzan e Waever (2003) de “teatro ocidental”, composta também por Belarus e Moldova, além da própria Rússia. De acordo com os autores, para Moscou essa é a sub-região mais importante do CRS pós-soviético, principalmente devido à sua fronteira com o CRS europeu, na qual os antagonismos entre o Kremlin e o Ocidente se chocam. Assim, é importante destacar que a Ucrânia é uma área muito estratégica para ambos os lados. Nas palavras de Machado e Piccolli (2015, p. 8), “o território ucraniano orbita entre os interesses de segurança e importantes laços comerciais entre Rússia e Europa, estando inserido na dinâmica da tênue linha de cooperação-confronto entre as partes”.

Nesse sentido, é crucial considerar que Buzan e Waever (2003) originalmente agrupam o CRS pós-soviético e o CRS europeu no chamado “supercomplexo europeu frouxo”⁴⁴. Na TCRS, um supercomplexo consiste em “um conjunto de CRS nos quais a presença de uma ou mais grandes potências gera níveis relativamente altos e consistentes de dinâmicas securitárias

⁴⁴ Do termo em inglês: *weak European supercomplex*.

inter-regionais” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 492)⁴⁵. Assim, na visão dos autores, a proximidade geográfica entre as duas grandes potências desses CRS (Rússia e União Europeia) torna a sua unificação possível no longo prazo. Nota-se, portanto, que a própria existência de um supercomplexo nessa área já aponta para a relevância do nível inter-regional na guerra russo-ucraniana sob as lentes da TCRS, haja a vista a posição de Kiev entre esses dois polos.

Para caracterizar e justificar a existência do supercomplexo europeu frouxo, Buzan e Waever (2003) ressaltam três pontos principais nos quais as dinâmicas inter-regionais entre Moscou e a Europa são relevantes. Segundo os autores,

Em primeiro lugar, os Estados bálticos e potencialmente a Ucrânia (e a Moldova) são casos fronteiriços em que a divisão entre a UE-Europa e o CRS pós-soviético não é acabada e incontestável. Em segundo lugar, a relação [do CRS europeu] com a Rússia não é muito intensa no momento, mas é considerada importante devido às suas potencialidades positivas e – principalmente – negativas. Em terceiro lugar, algumas organizações nominalmente europeias cobrem a totalidade (OSCE) ou parte (Conselho da Europeia) da CEI e da UE e, portanto, alguns processos políticos são compartilhados (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 374, tradução nossa)⁴⁶.

Nesse sentido, é importante lembrar que Buzan e Waever formularam a TCRS na virada do século 21 e que muita coisa mudou na relação entre as partes desde então. Por exemplo, originalmente os autores escrevem em um contexto no qual a Rússia enfrentava uma crise política e econômica e buscava se reerguer interna e internacionalmente. Na visão da época, os autores apontavam que a Rússia estava “[...] muito enfraquecida e muito preocupada com problemas internos [...]”⁴⁷ para imaginar-se a ascensão de um conflito entre as partes e o fortalecimento do supercomplexo europeu no curto prazo (BUZAN; WAEVER, p. 438, tradução nossa). No entanto, como visto no Capítulo 2, esse cenário viria a mudar mais tarde com o governo de Putin, no qual a Rússia retomou suas ambições regionais e globais, intensificando as “potencialidades negativas” da relação Moscou-UE.

⁴⁵ Do original em inglês: “*a set of RSCs within which the presence of one or more great powers generates relatively high and consistent levels of interregional security dynamics*”.

⁴⁶ Do original em inglês: “*First, the Baltic states and potentially Ukraine (and Moldova) are boundary cases where the division between EU-Europe and the post-Soviet RSC is not final and uncontested. Second, the relationship to Russia is not very intense at the moment but is deemed important due to both positive and – especially – negative potentialities. Third, some nominally European organisations cover all (OSCE) or part (Council of Europe) of the CIS in addition to EU-Europe, and therefore some political processes are shared*”.

⁴⁷ Do original em inglês “[...] *Russia is both too weak and too preoccupied with problems internally in Russia [...]*”.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que uma série de autores mais recentes – como Pop (2016) e Hendler (2014) – já reconhecem o peso crescente do nível inter-regional no conflito russo-ucraniano. De acordo com Pop (2016), a relação Moscou-UE tem gerado dinâmicas securitárias inter-regionais intensas, o que indica um fortalecimento do supercomplexo europeu concebido por Buzan e Waever. Ademais, o autor define a vizinhança comum entre esses polos como “[...] altamente penetrada pelos dois grandes centros de poder da Europa e da Eurásia”⁴⁸, isto é, União Europeia e Moscou (POP, 2016, p. 61, tradução nossa). Nesse cenário, o autor ainda destaca que

[...] a vizinhança compartilhada entre a UE e a Rússia em geral, e a Ucrânia em particular (como um país central para a segurança da Rússia e decisivo para a balança de poder no território eurasiático), tornaram-se o terreno preferido de uma competição geopolítica e geoeconômica e eventualmente um conflito entre Bruxelas e Moscou (POP, 2016, p. 61, tradução nossa)⁴⁹.

É importante ressaltar, nesse contexto, que tais análises não estão descoladas da TCRS, apenas refletem os desdobramentos mais recentes da região. Na verdade, a própria TCRS apresenta, originalmente, indícios suficientes para sustentar a presente intensificação das relações inter-regionais entre Moscou e a UE. Por exemplo, seus criadores já apontavam em 2003 que “uma fusão entre os dois complexos [pós-soviético e europeu] pode ser imaginada tanto pelo aumento da tensão – e, portanto, da interdependência em (in)segurança – quanto pelo fortalecimento da cooperação e das instituições de segurança de toda a Europa” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 438)⁵⁰. Além disso, os autores já apontavam, na época, que um cenário conflitivo entre a Rússia e a Europa não poderia ser descartado no longo prazo (BUZAN; WAEVER, 2003).

Se o desenvolvimento da integração institucional entre esses dois polos não avançou muito, o primeiro cenário (o aumento das tensões entre eles) se concretizou. Como visto

⁴⁸ Do original em inglês: “*Being highly penetrated by the two major power centres of the Europe and Eurasian landmass [...]*”.

⁴⁹ Do original em inglês: “*[...] the EU-Russia shared neighbourhood in general, and Ukraine, in particular, as a pivotal country for Russia’s security and a swing country for the balance of power on the Eurasian landmass, have become the preferred terrain of a geopolitical and geo-economic competition and eventually conflict between Brussels and Moscow*”.

⁵⁰ Do original em inglês: “*[...] A merger between the two complexes can be imagined, either through increasing tension and thus (in)security interdependence, or by a strengthening of all-European security institutions and cooperation*”.

anteriormente, para além da atual guerra na Ucrânia, a guerra russo-georgiana de 2008 e a anexação da Crimeia em 2014 foram episódios que desgastaram as relações entre Moscou e Bruxelas profundamente, apontando para a o fortalecimento de dinâmicas securitárias inter-regionais no continente. Nesse contexto, é importante frisar que Buzan e Waever (2003) já afirmavam no início do século 21 que os Países Bálticos eram o elo mais importante entre os CRS pós-soviético e europeu, mas que, se a expansão da UE e da OTAN continuasse, era possível que a Ucrânia os substituísse no futuro (BUZAN; WAEVER, 2003). Diante da dimensão da atual guerra russo-ucraniana, essa previsão parece ter se confirmado.

Ainda no que tange à TCRS, Buzan e Waever (2003, p. 49, tradução nossa) destacam que “fortes ocorrências de dinâmicas inter-regionais podem ser indicadoras de uma transformação externa (fusão) de CRS”⁵¹. Nesse sentido, cabe destacar que, na obra em questão, o termo “transformação externa” se refere a mudanças ocorridas nas fronteiras ou na composição dos CRS, o que comumente os transforma profundamente. Ainda de acordo com os autores, na TCRS o nível inter-regional

[...] é presumido ser *relativamente* limitado, dado que um complexo é definido pelo fato de a sua interação interna ser mais importante [que a externa]. Porém, se grandes mudanças nos padrões de interdependência que definem os complexos estiverem em andamento, esse nível pode se tornar significativo [...] (BUZAN; WAEVER, p. 51, tradução nossa)⁵².

Assim, nota-se que, embora o peso do nível inter-regional normalmente seja reduzido na TCRS, em casos de disputas ou transformações na fronteira entre dois ou mais CRS ele se torna relevante, o que é justamente o caso da guerra russo-ucraniana. Dessa forma, observa-se que a posição de Kiev entre dois grandes polos (Moscou e Bruxelas) e no limite do espaço pós-soviético com o Ocidente aponta para o fortalecimento do fator inter-regional no conflito russo-ucraniano.

Especificamente no que tange ao CRS pós-soviético, Buzan e Waever (2003) já previam três possíveis transformações futuras: 1) uma mudança na posição global da Rússia; 2) uma transformação interna de um CRS centrado para um CRS padrão; e 3) uma

⁵¹ Do original em inglês: “*Strong instances of interregional dynamics may be indicators of an external transformation (merger) of RSCs*”.

⁵² Do original em inglês: “[...] *this is supposed to be relatively limited given that the complex is defined by interaction internally being more important. But if major changes in the patterns of security interdependence that define complexes are underway, this level can become significant [...]*”.

transformação externa (mais provavelmente envolvendo a fronteira com a Europa). Como visto no Capítulo 2, as duas primeiras possibilidades não se concretizaram, pois a Rússia continua sendo uma grande potência e o CRS pós-soviético ainda é centrado em Moscou, já que coalizações de contrapeso ao Kremlin (como os GUAM) nem nenhum país específico conseguiram se fortalecer tanto nesse sentido. Porém, o último cenário (transformação externa envolvendo a fronteira com a Europa) está em pleno curso, haja vista as instabilidades causadas pelas sucessivas expansões da UE e da OTAN na região, cujo principal palco atualmente é a Ucrânia.

Dessa forma, nota-se que a TCRS já fornecia indícios, em 2003, para a intensificação de dinâmicas inter-regionais entre Moscou e Bruxelas, as quais podem ser observadas agora na presente crise ucraniana. Não é à toa, portanto, que a Ucrânia é caracterizada como um “Estado-tampão”⁵³ (*buffer state*) por uma série de autores (GROSSMAN, 2018; YEKELCHYK, 2020; AMAL, 2017). De acordo com Samokhvalov (2015), a Ucrânia tem sido repetidamente descrita como um ponto de discórdia e contenda entre a Rússia e a União Europeia. Ademais, diversos estudos caracterizam o triângulo UE-Ucrânia-Rússia como marcado por “[...] um choque de várias dicotomias irreconciliáveis [...]: entre uma UE pós-moderna e uma Rússia moderna ou até mesmo pré-moderna [...]; entre uma visão integracionista da UE e uma mentalidade geopolítica russa” (SAMOKHVALOV, 2015, p. 1371, tradução nossa)⁵⁴.

Diante desse contexto, Samokhvalov (2015) aponta que o triângulo UE-Ucrânia-Rússia envolve diversas dinâmicas de soma-zero⁵⁵, pois as duas grandes potências têm interesses e planos opostos para Kiev. Na esfera da política doméstica, ambas tentam implementar na Ucrânia um modelo que corresponda aos seus próprios valores: transparência e respeito aos direitos humanos no caso da UE e “democracia soberana” no caso de Moscou. Já na esfera securitária, a UE busca envolver a Ucrânia na sua Política Externa de Segurança Comum (PESC) e possivelmente na OTAN, enquanto a Rússia almeja atraí-la aos seus esforços de integração no espaço pós-soviético ou, ao menos, garantir sua neutralidade. No que tange à

⁵³ Na TCRS, um “Estado-tampão” (*buffer state*) é caracterizado por estar situado no centro de um forte padrão de securitização e por cumprir o papel de separar poderes rivais (BUZAN; WAEVER, 2003).

⁵⁴ Do original em inglês: “[...] a clash of various irreconcilable dichotomies [...]: between a post-modern EU and a modern, or even pre-modern, Russia [...]; between an EU integrationist vision and the Russian geopolitical mentality”.

⁵⁵ O termo “soma zero” é atribuído a jogos ou disputas em que o ganho de um jogador representa necessariamente a perda de outro.

esfera econômica, UE e Moscou buscam abrir o mercado ucraniano para si e criar condições de comércio mais favoráveis por meio projetos mutuamente excludentes. Por fim, no tocante à dimensão ideológica, o autor destaca que

[...] tanto a Rússia quanto a UE oferecem à Ucrânia suas respectivas ideologias e sua percepção particular da história. [...] Assim, a Rússia oferece à Ucrânia uma ideologia baseada na glorificação de seu passado comum soviético e pré-soviético, com todas as suas vantagens e desvantagens. A UE, por sua vez, oferece à Ucrânia sua própria compreensão pós-moderna da Europa baseada em direitos humanos, independência e liberdades, que fazem da UE uma espécie de ponto de desenvolvimento teleológico de qualquer sociedade humana. Ao mesmo tempo, a rejeição do passado e da história soviética, com enfoque no seu trauma e na promoção da língua ucraniana, parecem ser elementos importantes do programa moderno de construção nacional da Ucrânia e de seu retorno à Europa (SAMOKHVALOV, 2015, p. 1371, tradução nossa)⁵⁶.

Dessa forma, nota-se que a Ucrânia se encontra dividida entre dois projetos inter-regionais substancialmente distintos (e muitas vezes excludentes) sustentados por Bruxelas e Moscou. Mais do que isso, diversos estudos apontam que os esforços conflitantes da UE e da Rússia são uma importante fonte de instabilidade para o país (SAMOKHVALOV, 2015). Portanto, como buscar-se-á mostrar, essa disputa antagônica contribui negativamente para a crise ucraniana, especialmente no que concerne à esfera securitária e à expansão da UE e da OTAN, que será melhor explorada na seção 3.2.

Ainda no que tange ao campo securitário, outro ponto importante a ser destacado é que “além da interação entre os dois CRSs, em termos tradicionais de segurança o ‘supercomplexo’ europeu recebe a projeção de poder de um ator global, os EUA” (HENDLER, 2014, p. 10). Nesse sentido, cabe destacar que a projeção militar estadunidense sobre a Europa já data desde o final da Segunda Guerra Mundial e da subsequente divisão bipolar da Guerra Fria (HENDLER, 2014). Nesse contexto, Buzan e Waeber (2003) ainda ressaltam que

[...] a única superpotência do mundo, os Estados Unidos, não apenas está presente [no CRS europeu] da forma que está em todo o globo, como está profundamente envolvida nas instituições europeias (OTAN, OSCE) de maneiras que muitas vezes fazem analistas definirem os Estados Unidos como uma potência europeia. Em nossas categorias, os EUA não são membros do CRS europeu, mas certamente estão envolvidos com ele de forma mais consistente e sistemática do que com a maioria das

⁵⁶ Do original em inglês: “[...] both Russia and the EU offer Ukraine their respective ideology and their particular perception of history. [...] Thus, Russia offers Ukraine an ideology based on glorification of their common Soviet and pre-Soviet past with all its advantages and disadvantages. The EU, in turn, offers Ukraine its own post-modern understanding of Europe based on human rights, freedoms and liberties which make the EU a sort of teleological point of the development of any human society. At the same time, rejection of its Soviet past and history, focusing on its trauma and promotion of Ukrainian language, seem to be important elements of Ukraine’s modern nation-building programme and return to Europe”.

outras regiões do mundo pós-Guerra Fria (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 344, tradução nossa)⁵⁷.

Nesse sentido, cabe ressaltar que, a nível inter-regional, a influência dos EUA também é um fator relevante para a crise ucraniana, haja vista a projeção de poder de Washington sobre o supercomplexo europeu (e especialmente sobre a Europa). Nesse escopo, deve-se destacar que “durante a Guerra Fria, os Estados Unidos viraram a definição de ‘o outro’ para a Rússia, e em grande medida continuaram assim após o fim da guerra” (BUZAN; WAEVER, p. 429, tradução nossa)⁵⁸. Diante disso, não surpreende que a OTAN seja vista por Moscou como uma instituição defensora de interesses estadunidenses e, portanto, ameaçadora. Ademais, deve-se ter em mente que a manutenção da Rússia enquanto adversária da Europa reflete um interesse dos EUA, na medida em que o eixo de aproximação Paris-Berlim-Moscou fortaleceria o bloco da Eurásia em detrimento dos laços do Atlântico Norte (WALLERSTEIN, 2014).

Os EUA não são, contudo, os únicos atores externos relevantes ao conflito em nível inter-regional. No que tange ao CRS pós-soviético, Buzan e Waever (2003, p. 429, tradução nossa) sustentam que “uma região localizada no coração do continente euroasiático terá ligações inter-regionais em várias direções. A Europa é a principal questão inter-regional para a Rússia, embora a China também seja importante, e a rivalidade ao sul liga a Rússia à política do Oriente Médio”⁵⁹. Diante de todos esses laços, também é crucial reconhecer, principalmente, o papel da China. A nível inter-regional, a China faz fronteira com o CRS pós-soviético e tem tido um crescente peso como parceiro econômico e político-estratégico de Moscou (BUZAN; WAEVER, 2003; FREIRE, 2021).

Como observa Freire (2021, p. 54) “a evolução das relações da Rússia com a China tem-se adensado neste contexto de relações difíceis a ocidente”. Segundo a autora, há um aumento evidente no número de acordos firmados entre os dois países nas últimas décadas, e a

⁵⁷ Do original em inglês: “[...] the world’s only superpower, the United States, is not only present the way it is everywhere in the world, it is deeply involved in European institutions (NATO, OSCE) in ways that often make analysts define the United States as a European power. In our categories, the USA is not a member of the European RSC, but it is certainly involved in a more consistent and systematic way than in most other regions of the post-Cold War world”.

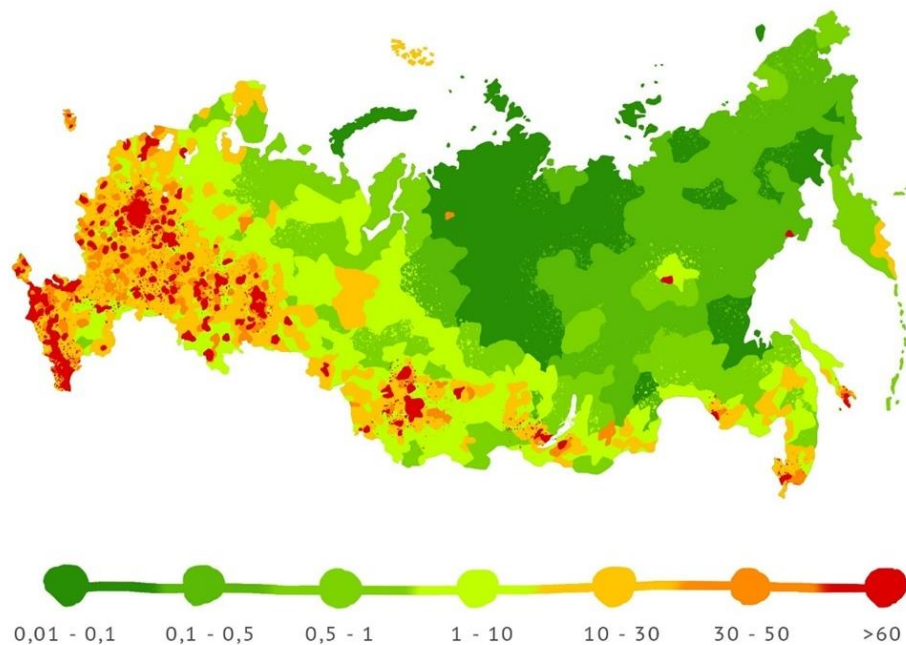
⁵⁸ Do original em inglês: “During the Cold War, the United States became Russia’s defining Other and to a large extent it has remained so after the end of the Cold War”.

⁵⁹ Do original em inglês: “A region located at the heart of the Eurasian landmass will have interregional links in several directions. Europe is the main interregional issue for Russia, although China is also important, and the rivalry to the south ties Russia to Middle Eastern politics”.

agenda de ambos coincide no contraponto que fazem à hegemonia neoliberal dos EUA. Além disso, no que tange especificamente à crise ucraniana, a autora observa que a opção Ásia tem sido vital para a economia russa no contexto pós-anexação da Crimeia, na medida em que ajuda Moscou a contornar as sanções impostas pelo Ocidente. Como ela observa, a posição chinesa no comércio total russo passou de 10,5% em 2013 para 18,3% em 2020, enquanto a participação da UE caiu de 49,4% para 41,6% no mesmo período, uma queda proporcional ao crescimento chinês (FREIRE, 2021).

Entretanto, apesar de a China ter se tornado o maior parceiro econômico individual da Rússia, é preciso lembrar que, somados, os países da União Europeia ainda formam o maior volume de trocas comerciais do país, superando o país asiático em mais de duas vezes (FREIRE, 2021). Dessa forma, nota-se que UE continua sendo crucial para Moscou no campo econômico. Ademais, como defende Piccolli (2012), a Política Externa e de Segurança (PES) da Rússia também é significativamente condicionada pela Europa. Nesse sentido, Buzan e Waeber (2003, p. 431, tradução nossa) explicam que “[...] a parte oriental do país é tão escassamente povoada e periférica dentro da Rússia que sua mera posição geográfica não faz da Rússia um grande ator asiático”⁶⁰. A distribuição demográfica da Rússia pode ser observada na Figura 5:

Figura 5 - Distribuição demográfica da Rússia (habitantes por km²)



Fonte: Adaptado de Shevchenko (2021).

⁶⁰ Do original em inglês: “[...] the eastern part of the country is so thinly populated and peripheral within Russia that its mere geographical position does not make Russia a major Asian actor”.

Como pode-se notar, a maior parte da população russa (e, portanto, de toda a atividade do país) encontra-se próxima à fronteira com a Europa. Diante desse contexto, deve-se ressaltar que, mesmo com o crescente peso da China para a Rússia, a conexão com a UE ainda é um fator inter-regional vital para Moscou, tanto devido ao seu peso econômico quanto pelos objetivos de política externa do país. Com efeito, o destino das relações Europa-Moscou pode tanto contribuir para o principal desejo russo (manter-se como uma grande potência global) quanto arruiná-lo, no caso de os países do seu entorno estratégico serem atraídos para o seio da UE ou da OTAN. Como apontado no Capítulo 2, essa ameaça torna-se ainda mais sensível no caso da Ucrânia, haja vista a sua importância estratégica para Moscou.

Conclui-se, assim, que tanto a TCRS quanto os desdobramentos mais recentes dos espaços pós-soviético e europeu apontam para um crescente peso do nível inter-regional no conflito russo-ucraniano. Dividido entre dois polos de poder distintos (Moscou e Bruxelas), o território ucraniano é influenciado por visões antagônicas cuja competição é fonte de instabilidade para o país. Ademais, um dos pontos mais fundamentais para a compreensão da crise ucraniana consiste justamente na disputa entre os projetos inter-regionais conflitantes do continente. Dessa forma, a próxima seção buscará explorar mais a fundo como e por que a expansão da UE e da OTAN é vista com preocupação por Moscou, destacando o peso desse fator para a presente crise na Ucrânia.

3.2 PROJETOS INTER-REGIONAIS CONFLITANTES: A EXPANSÃO DA UE E DA OTAN COMO UMA AMEAÇA AOS RUSSOS

Historicamente, as comunidades do leste europeu sofreram com pressões exercidas por polos de influência mais poderosos a leste (principalmente o Império Russo, mas também o Império Turco-Otomano) e a oeste (Impérios Austro-Húngaro e Alemão) (HENDLER, 2014). No último século, ao fim da Segunda Guerra Mundial, grande parte dessa região inicialmente foi ocupada pela União Soviética, que transformou seus pequenos Estados em satélites de Moscou. Porém, já ao término da Guerra Fria, “[...] a região historicamente disputada por um polo de poder eslavo e outro germânico voltou a pender para o último, com a atração exercida pela Alemanha reunificada através da UE” (HENDLER, 2014, p. 8).

O link inter-regional Europa-Moscou é, portanto, marcado por ciclos de expansão e contração históricos. Atualmente, como visto, o leste europeu compõe uma zona de limite entre

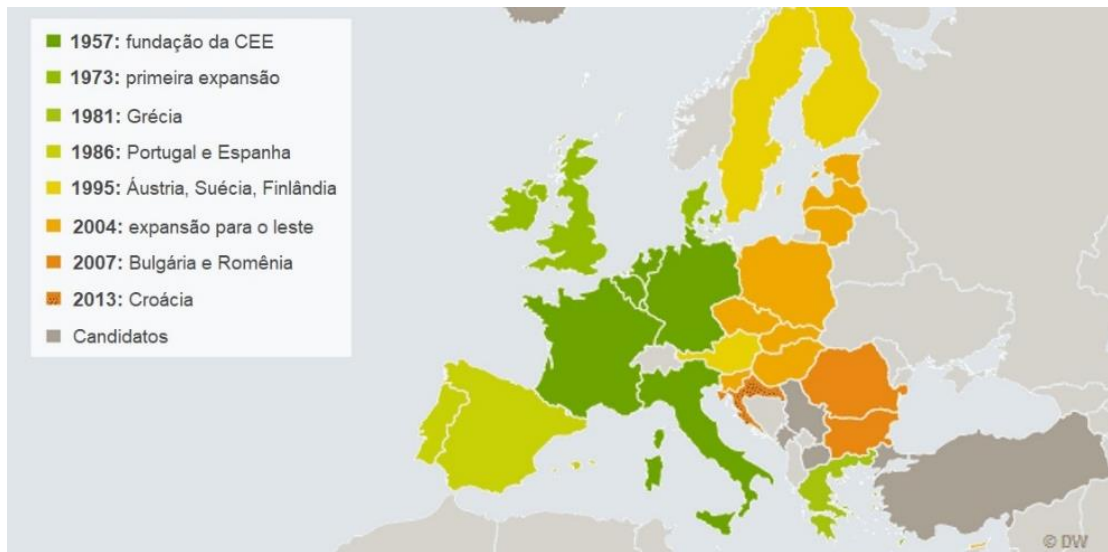
os CRS pós-soviético e europeu, representados pela Rússia e pela UE. Assim, essa região é importante para a segurança de ambos os complexos, tendo em vista as externalidades negativas associadas ao seu fator fronteiro, como a possibilidade de desordem política (BUZAN; WAEVER, 2003). Avançando nesse contexto de expansão e contração inter-regional, Hendler explica que,

Com a reunificação alemã e a extinção do bloco soviético, a UE buscou novos integrantes precisamente no leste europeu, que permanecera por cerca de meio século sob controle direto de Moscou. Assim, a região que fora parte do bloco soviético através da cortina de ferro ou como uma das repúblicas socialistas soviéticas (no caso dos Países Bálticos), em poucos anos passara para a esfera de influência da Europa Ocidental, especialmente da Alemanha (HENDLER, 2014, p. 8).

Dessa forma, nota-se que não apenas diversos Estados que antes estavam sob o domínio de Moscou passaram para o lado do Ocidente, como também isso se deu de forma altamente institucionalizada (integração oficial à UE) e relativamente rápida. Como observa Amal (2014), a União Europeia na forma organizacional como a conhecemos hoje foi instituída com o Tratado de Maastricht, que entrou em vigor em 1993. Antes disso, os Estados europeus se agrupavam sob a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Entretanto, após 1993, já foram incorporados 16 novos membros ao bloco⁶¹. Além disso, 9 desses novos membros pertenciam à União Soviética ou ao Pacto de Varsóvia anteriormente (Polônia, Estônia, Letônia, Lituânia, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária). A expansão cronológica da UE pode ser observada na Figura 6:

⁶¹ Ao todo, a UE teve quatro rodadas de expansão após 1993: 1995 (Áustria, Suécia e Finlândia); 2004 (Chipre, Malta, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia); 2007 (Bulgária e Romênia); e 2013 (Croácia) (CENTRO..., 2022).

Figura 6 - Expansão cronológica da União Europeia



Fonte: adaptado de Riegert (2014).

Diante desse contexto, não surpreende que a Rússia enxergue a UE com desconfiança. Como explicam Buzan e Waever (2003), o Ocidente e a Rússia tornaram-se arqui-inimigos após a Revolução Russa. A inimizade entre os dois teve uma pequena trégua durante a sua aliança contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial, mas voltou a estruturar o mundo por meio século durante a Guerra Fria, e em boa medida continuou existente mesmo após o fim da União Soviética. Nesse sentido, Pop (2016) aponta que Moscou acusa a UE de “[...] intromissão na ‘esfera de interesses privilegiados’ da Rússia e de buscar uma própria esfera de influência, bem como de promover políticas anti-russas e os interesses dos EUA e da OTAN na Europa” (POP, 2016, p. 53, tradução nossa)⁶².

Nessa mesma linha, Piccolli *et al.* (2018) apontam que os documentos oficiais russos culpam a UE pela deterioração das suas relações com Moscou devido ao “expansionismo” buscado por Bruxelas. Assim, um dos pontos centrais a ser analisado no que tange à expansão da UE e à guerra russo-ucraniana é a chamada Parceria Oriental (conhecida pela sigla EaP, do nome em inglês *Eastern Partnership*), iniciativa de integração europeia da qual a Ucrânia faz parte. De acordo com Kuzio e D’Anieri (2018), essa parceria é vista pela Rússia e outros autores

⁶² Do original em inglês: “[...] intrusion in Russia’s ‘sphere of privileged interests’ and of seeking its own sphere of interests, as well as promoting anti-Russian policies and the U.S. and NATO’s interests in Europe”.

como uma “ameaça geoeconômica” e como “mais um exemplo no qual o Ocidente encurralou a Rússia” (KUZIO; D’ANIERI, 2018, p. 82, tradução nossa)⁶³.

Lançada em 2009, a EaP é uma iniciativa do bloco europeu que abrange seis ex-repúblicas soviéticas: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, Moldova e Ucrânia (Figura 7). Pela ótica da TCRS, destaca-se que todos os participantes da iniciativa fazem parte do CRS pós-soviético, o que explica a insatisfação do Kremlin com o projeto. De acordo com a sua página oficial, a EaP busca “fortalecer e aprofundar as relações políticas e econômicas entre a UE, os seus Estados-Membros e os países parceiros, bem como apoiar processos de reforma sustentáveis nos países da Parceria Oriental” (UNIÃO EUROPEIA, 2022, n.p., tradução nossa)⁶⁴. Já na visão de Machado e Piccolli (2015), a iniciativa visa

formar um foro de discussão sobre livre comércio, estratégias econômicas, segurança energética, acesso a vistos, etc. Ao fim e ao cabo é trazer para seio da integração europeia novos mercados consumidores (alternativa para crescimento econômico pós-crise 2008), bem como assegurar vias de influência e alternativas em termos de segurança energética, haja vista a dependência energética europeia de Moscou (MACHADO; PICCOLLI, 2015, p. 4).

Figura 7 - Membros da Parceria Oriental (EaP)



Fonte: Adaptado de União Europeia (2021).

⁶³ Dos trechos em inglês: “*geoeconomic threat*” e “*another instance where the West forced Russia into a corner*”.

⁶⁴ Do original em inglês: “*It aims to strengthen and deepen the political and economic relations between the EU, its Member States and the partner countries, as well as supports sustainable reform processes in countries of Eastern Partnership*”.

Como mostra a Figura 7, a EaP abrange uma zona-tampão importante entre a Rússia e o Ocidente na fronteira leste da UE, além de englobar o Cáucaso, região rica em recursos energéticos. Nesse contexto, Pop (2016) destaca que, apesar de não oferecer a seus participantes perspectivas de incorporação à União Europeia, “a EaP tem sido percebida por líderes russos como uma ferramenta para preparar os vizinhos ao leste da UE para uma possível futura integração [...]” (POP, 2016, p. 53, tradução nossa)⁶⁵. Naturalmente, essa possibilidade, ainda que implícita, é vista como uma ameaça pelo Kremlin. Além disso, o autor destaca que Moscou também enxerga a EaP como uma rival da sua União Econômica Eurasiática (UEE), atualmente formada por Armênia, Belarus, Cazaquistão e Quirguistão, para além da própria Rússia.

No que tange à UEE, Kuzio e D’Anieri (2018) destacam que a iniciativa russa foi estabelecida em janeiro de 2010, apenas nove meses após o lançamento da Parceria Oriental (2009), com a qual busca competir. Na mesma linha, Pop (2016) aponta que o acordo que criava uma união aduaneira entre Rússia, Belarus e Cazaquistão foi assinado já em 1995, mas ficou somente no papel por quase 15 anos até ter sido colocado em prática em 2010. Em razão disso, o autor argumenta que houve uma aceleração do projeto integracionista russo após a criação da EaP (e, especialmente, após 2012, quando Putin retornou à presidência da Rússia para um terceiro mandato). Para o autor, isso evidencia como a EaP aumentou a percepção do Kremlin de uma UE rival aos seus interesses na região (POP, 2016).

Nesse contexto, Kuzio e D’Anieri (2018) ressaltam que Putin vê a Ucrânia como um importante possível membro da UEE e tem trabalhado para conseguir atrair o país para o seu projeto integracionista, a despeito da sua atual participação na EaP. Como observam os autores, o cerne desse embate integracionista está no fato de que um Estado não pode ser membro de duas uniões aduaneiras ao mesmo tempo. Se isso acontecesse, bens e mercadorias poderiam ser transferidos livremente de um bloco ao outro por meio desse país intermediário, criando, na prática, uma única grande união aduaneira (KUZIO, D’ANIERI, 2018). Nesse sentido, ao retratar os projetos inter-regionais conflitantes entre Moscou e a UE, Pop (2016) aponta que

[...] os dois principais atores se encontram cada vez mais entrelaçados em uma tipicamente chamada “situação *Zugzwang*” — os jogadores não podem implementar

⁶⁵ Do original em inglês: “*the EaP has been perceived by the Russian leaders as a tool for preparing the EU ’s Eastern neighbours for a possible future integration [...]*”.

suas estratégias totalmente, mas bloqueiam com sucesso as políticas um do outro (POP, 2016, p. 56, tradução nossa)⁶⁶.

Assim, no que concerne à EaP, Pop (2016) conclui que o projeto mudou drasticamente a forma como Moscou enxerga a Europa. Segundo o autor, os líderes russos fizeram uma série de declarações duras em oposição a essa iniciativa europeia imediatamente antes e logo após o seu lançamento. Assim, destaca-se que, com a EaP, a UE passou de um “parceiro estratégico” para uma “competidora por influência na vizinhança compartilhada”⁶⁷ para os russos, motivo pelo qual Moscou precisou acelerar os seus esforços de integração na Eurásia (POP, 2016, p. 47, tradução nossa). Além disso, o autor observa que esse antagonismo gerou um comportamento crescentemente hostil da Rússia no leste europeu (e especialmente na Ucrânia), aumentando a percepção europeia da Rússia enquanto uma ameaça securitária (POP, 2016).

Nesse sentido, Pop (2016) aponta que, apesar de a UE não ter apetite para uma disputa na sua fronteira leste e estar pouco preparada para tal, a criação da EaP levou a Rússia e a Europa a um estado de confronto geopolítico. Ademais, o autor observa que, pelo lado securitário, a EaP tem sido interpretada pelos russos até mesmo como uma forma de promover os interesses da OTAN na região, uma aliança militar inimiga. Isso é um problema na medida em que todos os países da iniciativa fazem parte do CRS pós-soviético e, portanto, afetam a segurança russa de forma muito íntima. Como prevê a TCRS, é natural que esse tipo de ameaça próxima suscite processos de securitização em um complexo. Diante disso, Pop destaca que,

Em vez de se tornarem mais suaves, como originalmente previsto pela lógica da EaP, as fronteiras orientais da UE tornaram-se mais rígidas, e uma crescente militarização começou a ocorrer ao longo das fronteiras europeia e euro-atlântica com a Rússia. Assim, um novo sentido de “missão” do Ocidente aproximou a UE e a OTAN (POP, 2016, p. 62, tradução nossa)⁶⁸.

Este último ponto (a aproximação da UE com OTAN) é bastante emblemático para o conflito russo-ucraniano. Como apontam Kuzio e D’Anieri (2018), a corrente interpretativa

⁶⁶ Do original em inglês: “[...] the two major actors have increasingly found themselves interwoven in a typically so-called “Zugzwang situation” – players cannot fully implement their strategies, but successfully block the policies of each Other”.

⁶⁷ Dos termos em inglês: “strategic ally” e “competitor for influence in the shared neighbourhood”.

⁶⁸ Do original em inglês: “Instead of becoming softer as originally envisaged by the logic underlining the EaP, the EU’s Eastern borders have become harder and an increasing militarization has started to take place all along the European and Euro - Atlantic lines bordering Russia. Therefore, a new sense of the West’s ‘mission’ has brought the EU and NATO closer together”.

realista é enfática ao apontar para a expansão dessas duas organizações — mas principalmente da OTAN — como a maior causa da crise na Ucrânia. Entre os teóricos dessa linha, Mearsheimer (2014) é um dos mais proeminentes. Em sua análise, o autor critica a expansão da OTAN e explica que os russos enxergam o alargamento da UE para o leste (representado pela EaP) como uma espécie de “testa de ferro” da aliança militar euro-atlântica. Ainda no que concerne à OTAN, o autor argumenta que

[...] grandes potências são sempre sensíveis a potenciais ameaças perto do seu território. Afinal, os Estados Unidos não toleram que grandes potências distantes enviem forças militares a qualquer lugar do hemisfério ocidental, muito menos em suas fronteiras. Imagine a indignação em Washington se a China construísse uma grande aliança militar e tentasse incluir o Canadá e o México nela (MEARSHEIMER, 2014, p. 5-6, tradução nossa)⁶⁹.

Seguindo essa mesma lógica, o autor questiona: “Tinha Cuba o direito de formar uma aliança militar com a União Soviética durante a Guerra Fria? Os Estados Unidos certamente achavam que não, e os russos pensam da mesma forma sobre a adesão da Ucrânia ao Ocidente” (MEARSHEIMER, p. 11, tradução nossa)⁷⁰. Nesse sentido, é fundamental destacar que outros autores, como Krickovic (2016), também consideram que o Ocidente cometeu um erro crítico ao tentar atrair a Ucrânia para a sua órbita sem levar em conta os interesses russos. De acordo com o autor, os líderes ocidentais tiraram proveito da debilidade do *soft power* russo, não percebendo, contudo, que isso causaria uma resposta de *hard power* (KRICKOVIC, 2016).

Como explica Mearsheimer (2014), imediatamente após o fim da Guerra Fria, os líderes soviéticos aceitaram que as tropas dos EUA permanecessem na Europa e que a OTAN continuasse intacta, pois acreditavam que isso ajudaria a manter pacificada uma Alemanha recém-reunificada. Entretanto, os russos não gostariam que a OTAN crescesse mais e acreditaram que o Ocidente havia compreendido isso nas negociações da época, mas foram surpreendidos já em meados dos anos 1990, quando o governo de Bill Clinton iniciou esforços para expandir a instituição. Segundo Piccolli (2012), os russos se sentiram traídos com esse

⁶⁹ Do original em inglês: “[...] *great powers are always sensitive to potential threats near their home territory. After all, the United States does not tolerate distant great powers deploying military forces anywhere in the Western Hemisphere, much less on its borders. Imagine the outrage in Washington if China built an impressive military alliance and tried to include Canada and Mexico in it*”.

⁷⁰ Do original em inglês: “*Did Cuba have the right to form a military alliance with the Soviet Union during the Cold War? The United States certainly did not think so, and the Russians think the same way about Ukraine joining the West*”.

movimento, pois haviam entendido que não haveria expansão da OTAN para o leste, enquanto os EUA afirmam que não há nenhum compromisso escrito nesse sentido.

A primeira rodada de expansão da OTAN após a Guerra Fria ocorreu em 1999, quando foram integradas ao bloco República Tcheca, Hungria e Polônia. A segunda foi em 2004, incorporando Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Como explica Mearsheimer (2014), Moscou reclamou dessas expansões amargamente desde o princípio. No entanto, o país estava demasiadamente enfraquecido para fazer frente a essa movimentação na época. Além disso, a situação ainda não parecia tão grave até 2004, pois nenhum dos novos membros da OTAN fazia fronteira com a Rússia, exceto os pequenos Países Bálticos. Entretanto, em um encontro de abril de 2008, em Bucareste, a instituição considerou incluir a Geórgia e a Ucrânia, encostando na fronteira com a Rússia. Foi então que o sinal vermelho acendeu no Kremlin (MEARSHEIMER, 2014).

De acordo com Poty (2022), a proposta estadunidense de admitir a Geórgia e a Ucrânia à OTAN foi a causa da guerra russo-georgiana de 2008. Visando aderir à instituição, o então presidente georgiano Mikheil Saakashvili decidiu reunificar duas regiões separatistas do país (a Abecásia e a Ossétia do Sul), mas Moscou agiu prontamente para apoiar os separatistas e manter a Geórgia dividida. Com isso, o Kremlin não apenas conseguiu deixar a Geórgia fora da OTAN, como também mandou um recado de que a expansão do Ocidente para o leste havia chegado ao limite e não seria mais tolerada. No entanto, Mearsheimer destaca que “apesar desse aviso claro, a OTAN nunca desistiu publicamente do seu objetivo de trazer a Geórgia e a Ucrânia para a aliança” (MEARSHEIMER, p. 3, tradução nossa)⁷¹.

Para além de o projeto de inclusão da Geórgia e da Ucrânia não ter sido formalmente abandonado, destaca-se que a expansão da OTAN continuou em marcha mesmo após esse episódio. Já em 2009, Albânia e Croácia juntaram-se à aliança, que passava pela sua terceira rodada de expansão após a Guerra Fria. Mais tarde, Montenegro (2017) e a Macedônia do Norte (2020) viriam a se tornar os mais novos membros do grupo, respectivamente (OTAN, 2022b). A expansão completa da OTAN para o leste europeu pode ser observada na Figura 8:

⁷¹ Do original em inglês: “*Yet despite this clear warning, NATO never publicly abandoned its goal to bringing Georgia and Ukraine into the alliance*”.

Figura 8 - A expansão da OTAN para o leste europeu



Fonte: BRAUN (2022).

Nesse contexto de expansão, é importante destacar que, apesar de as relações entre a OTAN e a Ucrânia terem sido cuidadosas no começo dos anos 1990, elas foram se intensificando com o passar do tempo (SARIKAYA, 2017). No que concerne ao prelúdio da atual guerra russo-ucraniana, Poty (2022) destaca que,

Em 2019, o parlamento ucraniano incluiu na constituição artigos referentes aos objetivos do país de integrar a União Europeia e a OTAN. No fim de 2021, os Estados Unidos e a Ucrânia assinaram uma parceria estratégica em que se previa a cooperação para a aspiração da Ucrânia em fazer parte da aliança atlântica e o compromisso com a soberania ucraniana em relação a seu território, incluindo a Crimeia e a região separatista de Donbass [...]. A Rússia, então, pôs em marcha uma invasão militar contra a Ucrânia, com o objetivo de tornar a Ucrânia um país neutro e desmilitarizado, ou seja, que não tome parte em nenhuma aliança militar como a OTAN (POTY, 2022, p. 97).

Apesar de dura, essa movimentação russa não é incompatível com o padrão de atuação histórico de Moscou na região. Como visto no Capítulo 2, o CRS pós-soviético é repleto de

conflitos congelados que, na visão de Kapitonenko, “embora sejam diferentes em escopo, geografia e antecedentes históricos, são todos utilizados pela Rússia com o objetivo de expandir, fortalecer ou manter seu controle sobre a região [...]” (KAPITONENKO, 2016, p. 17, tradução nossa)⁷². Nesse sentido, o autor destaca que, dada a dificuldade de países com disputas territoriais em andamento virarem membros da OTAN, esses conflitos são vistos pela Rússia como uma boa estratégia preventiva. No caso da Ucrânia, Yekelchyk (2020) observa que essa lógica já está em operação desde a anexação da Crimeia em 2014.

Mas o que torna a OTAN tão ameaçadora aos olhos de Moscou, a ponto de levar o país a travar uma guerra na Ucrânia? Para além da já apontada sensação de traição pelo Ocidente, da negação de uma zona de influência russa e da proximidade da OTAN com as fronteiras da Rússia (que também não seria aceita pelos EUA em caso contrário), há outros elementos importantes. De acordo com Hendler (2014), o fato de a OTAN ter continuado ganhando força mesmo após a extinção do Pacto de Varsóvia (e, portanto, sem um oponente explícito) não é bem visto pelos russos, que desconfiam das suas reais intenções. Portanto, “[...] é precisamente a transição de uma aliança flexível para uma organização militar permanente e em constante ampliação que eleva a percepção de ameaça do Kremlin” (HENDLER, 2014, p. 11).

Nesse sentido, Guimarães (2018) explica que, para Moscou, a OTAN é responsável por promover diversas mudanças de regimes no mundo (como as da Primavera Árabe e as Revoluções Coloridas, que instituíram uma série de governos pró-Ocidente no entorno russo, inclusive na Ucrânia). Ainda nesse sentido, o autor aponta que Moscou também culpa a OTAN pela desestabilização da Síria, sua tradicional aliada e única base russa no mar Mediterrâneo. Além disso, Hendler (2014) aponta que a expansão da OTAN sobre o leste europeu é vista por alguns autores como uma estratégia para minar o estreitamento dos laços entre a Rússia e a UE, que, juntas, poderiam fazer um contrapeso à projeção de poder global dos EUA. Nesse aspecto, deve-se reconhecer a influência do fator global (representado pelos EUA) no conflito, concomitante ao fator regional. Segundo o autor,

[...] sob uma perspectiva realista, depreende-se que organizações internacionais servem para garantir os interesses dos Estados que as compõem [...]. Assim, é possível afirmar que a continuidade e a ampliação da OTAN sem um inimigo claro após a dissolução da URSS refletem o interesse de seu membro mais poderoso, os EUA (HENDLER, 2014, p. 11).

⁷² Do original em inglês: “*Although different in scopes, geography, and historical background, they all are utilized by Russia with the view to expand, strengthen or hold control over the region [...]*”.

Para além dessas questões, outro ponto sensível para a Rússia no que concerne à expansão da OTAN é o avanço das suas tropas e de sua infraestrutura militar pelo leste europeu. Mais especificamente, uma das maiores preocupações de Moscou nesse quesito é a construção do escudo antimíssil da OTAN na Europa. Segundo Machado e Piccolli (2015, p. 10), “o Escudo Antimíssil trata-se de uma conjugação de radares, satélites e mísseis interceptadores que poderia retirar da Rússia a sua capacidade de segundo ataque”. Como explicam as autoras, a capacidade de segundo ataque é um importante mecanismo de segurança, pois dissuadir o inimigo significa mais do que ser capaz de atacar, mas também de contra-atacar apesar de ter sofrido o primeiro ataque (MACHADO; PICCOLLI, 2015; PICCOLI, 2012).

Nesse contexto, Piccolli (2019, p. 178) destaca que “o alicerce do equilíbrio nuclear está na anulação mútua das capacidades nucleares das potências”. Ainda de acordo com a autora, o estado no qual não há incentivos para um primeiro ataque é conceituado como *estabilidade estratégica* na literatura de Segurança. Entretanto, ela aponta que, por meio do avanço da infraestrutura militar da OTAN e do seu escudo antimíssil na Europa, os EUA estão minando a estabilidade estratégica global em detrimento da Rússia. Ainda, a autora aponta que esse caminho é uma estratégia que aproxima os EUA da supremacia nuclear, isto é, de “[...] reter o estatuto de atacar sem ter medo de ser atacado” (PICCOLLI, 2019, p. 178). Naturalmente, isso é muito temido e criticado pelo Kremlin.

A preocupação de Moscou em relação ao Ocidente no tema nuclear não é nova. Buzan e Waeber (2003) já apontavam no início do século 21 que Moscou busca manter uma imagem de si no mais alto nível de poder, e que “isso pressiona a Rússia a reproduzir uma defesa apropriada para uma superpotência, especialmente nas forças nucleares” (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 433, tradução nossa)⁷³. Nesse contexto, os autores já sublinhavam que uma das grandes preocupações do Kremlin era o *National Missile Defense* (NMD), programa estadunidense de defesa missilística que está por trás do escudo antimíssil estendido pela Europa nos últimos anos. De acordo com Buzan e Waeber (2003), a posição russa a respeito do NMD foi de forte oposição desde o princípio, pois Moscou já entendia que o programa poderia prejudicar a dissuasão e a paridade nuclear entre os países.

Como aponta Piccolli (2019), é justamente o reconhecimento de que a estabilidade estratégica emana de vulnerabilidades recíprocas que deu origem ao Tratado de Mísseis

⁷³ Do original em inglês: “*This puts pressure on Russia to reproduce the defence appropriate for a superpower, notably the nuclear forces*”.

Antibalísticos (conhecido também como Tratado ABM, do termo inglês *Anti-Ballistic Missile Treaty*). Celebrado em 1972 entre os EUA e a União Soviética, o Tratado ABM previa uma renúncia mútua aos sistemas de defesa antimísseis, reduzindo e limitando o seu emprego. Contudo, em 2002 os EUA retiraram-se unilateralmente desse acordo, alegando que tal medida era necessária para a sua segurança nacional após os eventos de 11 de setembro. A partir de então, deixou de existir qualquer disposição legal que constranja o desenvolvimento do escudo antimíssil estadunidense. Assim, Washington ordenou, já em 2002, o desenvolvimento de uma série de sistemas antimísseis no âmbito do NMD (PICCOLLI, 2019).

Nesse contexto, destaca-se que o programa antimísseis dos EUA logo começou a ser reforçado também na Europa. Como explica Piccolli (2019), em 2012 os EUA já tinham sistemas do tipo operando na Espanha, Alemanha e Turquia por meio da OTAN. Além disso, em 2016 a aliança inaugurou uma base aérea com interceptadores na Romênia, o país mais próximo da Rússia até então, o que despertou um forte sinal de alerta em Moscou. Ainda de acordo com a instituição, há uma nova base do tipo sendo construída na Polônia, cuja inauguração prevista está próxima (OTAN, 2022a). Diante desse cenário, Piccolli (2019, p. 269) explica que “de todas as estruturas que compõem o sistema de defesa antimíssil dos Estados Unidos, a parte alocada em território europeu é a que causa maior preocupação à Rússia”.

Como explica Piccolli (2019), o Kremlin se mostra cético quanto às intenções de Washington com o escudo antimíssil na Europa. Primeiramente, a própria renúncia ao Tratado ABM sob a alegação de uma ameaça nuclear advinda do Irã é bastante questionada. De acordo com a autora, o míssil balístico iraniano de maior alcance conhecido teria capacidade apenas de atingir a Turquia e alguns países do leste europeu, e não as potências ocidentais da UE. Além disso, a autora destaca que, apesar de alegadamente defensivo, o sistema antimíssil implantado pela OTAN na Romênia tem capacidade de ser utilizado também de forma ofensiva, o que eleva a percepção de ameaça pelo Kremlin. No caso da base na Polônia, por exemplo, um ataque do sistema atingiria significativamente o território russo, alcançando cidades-chave como Moscou e São Petersburgo (PICCOLLI, 2019).

Levando isso em conta, Piccolli (2019) destaca que o Kremlin não está convencido de que o escudo antimíssil da OTAN não é voltado contra a Rússia. Ademais, a autora cita que, em razão dessa desconfiança, Moscou tem exigido garantias concretas em acordos vinculantes acerca desse tema, em vez de apenas alegações de boas intenções. Já no que concerne aos

documentos oficiais russos, destaca-se que “a Doutrina Militar explicita a construção de facilidade militares da OTAN como a principal ameaça à segurança do país” (PICCOLLI *et al.*, 2018, p. 74-75). Ainda de acordo com Piccolli *et al.*, o documento russo entende que “[...] a constante modernização e expansão do aparato militar dos EUA e da OTAN enfraquecem o sistema de segurança global” (PICCOLLI *et al.*, 2018, p. 71).

Conclui-se, portanto, que a expansão da UE e da OTAN confronta interesses vitais de Moscou, caracterizando-se como um fator inter-regional de grande peso na crise ucraniana. Seja pelo lado da UE e da sua Parceria Oriental (que bloqueiam interesses geoeconômicos da Rússia e da sua União Econômica Eurasiática), seja pelo lado da OTAN (que representa uma ameaça militar para Moscou), para a Rússia é importante contar com uma Ucrânia livre da presença do Ocidente. Assim, o alargamento das instituições ocidentais para o leste europeu ao longo das duas últimas décadas tem acendido um sinal de alerta no Kremlin, que se sente traído, encurralado e impedido de exercer seu protagonismo regional legítimo.

Especificamente no que tange à ótica da TCRS, destaca-se que a expansão da OTAN é o fator inter-regional de maior importância para o conflito, em razão de seu peso securitário. Diferentemente da UE, cujo maior foco é político-econômico, deve-se ressaltar que o propósito da OTAN continua sendo o de uma aliança militar, ainda que seu oponente original (o Pacto de Varsóvia) já tenha sido extinto. Dessa forma, a continuidade da OTAN, bem como o avanço de seu aparato militar para perto da fronteira russa (com destaque para o escudo antimíssil), são apontados pelos documentos oficiais da Rússia como a maior ameaça de segurança do país (PICCOLLI *et al.*, 2018). Assim, em consonância com o recado dado na Geórgia em 2008, o Kremlin mostra agora que tampouco está disposto a deixar a Ucrânia cruzar sua linha vermelha na Europa em direção à aliança militar do Atlântico Norte.

Moscou não é, contudo, o único interessado nas relações com a Ucrânia. Na verdade, a União Europeia também possui interesses na aproximação com Kiev. Resgatando a ótica da TCRS, deve-se destacar que a Ucrânia se encontra na fronteira entre os CRS europeu e pós-soviético e, portanto, é de se esperar que o país tenha importância para ambos. Nesse sentido, Kapitonenko (2016, p. 18, tradução nossa) sustenta que “essa contradição entre os objetivos estratégicos da UE e da Rússia tem contribuído largamente para a crise em andamento na Ucrânia [...]”⁷⁴. Portanto, ainda que menos discutidos, os interesses de Bruxelas sobre a Ucrânia

⁷⁴ Do original em inglês: “*That contradiction between EU’s and Russia’s strategic goals has largely contributed into the on going crisis in Ukraine [...]*”.

são outro fator importante a ser considerado nesta análise de nível inter-regional da crise ucraniana. Dessa forma, a última seção a seguir buscará explorar melhor esse tópico.

3.3 O PESO DA UCRÂNIA PARA A UNIÃO EUROPEIA: INTERESSES ESTRATÉGICOS E SECURITÁRIOS ENVOLVIDOS

Na primeira década de sua independência, a Ucrânia passou, em grande medida, invisível para a União Europeia. De acordo com Shumylo-Tapiola (2013), a relação entre as partes se baseava no vago Acordo de Parceria e Cooperação UE-Ucrânia de 1998, que foi oferecido em formatos similares para todas as ex-repúblicas soviéticas. Segundo a autora, “nenhum dos então quinze membros da UE na época via a Ucrânia como uma prioridade. Ela era muito distante da UE, muito difícil de compreender e muito próxima da Rússia” (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013, n.p., tradução nossa)⁷⁵. Entretanto, a Ucrânia começou a aparecer no radar da UE após a expansão do bloco para o leste em 2004, na qual foram incorporados dez novos países-membros (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013).

Como aponta a autora, naquele mesmo ano a Ucrânia passaria pela chamada Revolução Laranja, uma série de protestos populares que culminaria na instauração de um novo governo no país, este pró-Occidente e de tendência democrática. Diante desses acontecimentos, Tapiola destaca que “[...] a UE foi forçada a pensar em uma política especial para a Ucrânia. O país parecia ser a próxima Polônia, que aderiu à UE em 2004 após reformas significativas” (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013, n.p., tradução nossa)⁷⁶. Nesse contexto, as relações entre a UE e a Ucrânia foram se intensificando até o seu estágio atual, bem mais desenvolvido que nos anos 1990. Como observa a autora, hoje a Ucrânia é vista como um país importante para toda a UE em termos de estabilidade política, segurança e questões energéticas (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013).

No que concerne ao último tópico, Sarikaya (2017) aponta que a Ucrânia é crucial para a segurança energética da UE, pois o país é um grande corredor de gás natural e petróleo no

⁷⁵ Do original em inglês: “None of the then fifteen EU members at the time saw Ukraine as a priority. It was too far away from the EU, too difficult to understand, and too close to Russia”.

⁷⁶ Do original em inglês: “the EU was forced to think about a special policy for Ukraine. The country seemed like it was the next Poland, which joined the EU in 2004 after significant reforms”.

continente. Ainda de acordo com o autor, a demanda energética da Europa (e principalmente do leste europeu) é largamente dependente do gás russo proveniente da Ucrânia, de modo que integrar o país à região torna-se importante. Como visto no Capítulo 2, de 2010 a 2018, cerca de 44,7% de todo o gás russo exportado para a Europa foi transportado por gasodutos ucranianos (SZURLEJ, 2019). Ademais, a Ucrânia continuará sendo a rota mais barata de transmissão de gás para a Europa mesmo em um cenário de inauguração do Nord Stream 2. Os gasodutos *Alliance*, *Brotherhood* e *Northern Light*⁷⁷ são de grande destaque nesse sentido (RUSZEL, 2019).

Nesse contexto, Serra (2016) aponta que a dependência europeia do fornecimento de gás russo via Ucrânia é uma realidade que preocupa a UE, a qual tem buscado fornecedores alternativos para suprir a sua demanda. O cerne desse problema está na possibilidade de crises de abastecimento, a exemplo do que aconteceu durante as disputas de gás entre a Rússia e a Ucrânia entre os anos de 2006 e 2009. De acordo com Bozic *et al.* (2021), em janeiro de 2006 a Ucrânia reteve 15% do gás que deveria ser destinado à Europa após a Rússia ter deixado de exportar gás ao país por disputas geopolíticas. Isso afetou o fornecimento em países como Hungria, Áustria, Romênia, França e Polônia. Segundo os autores, nesse período “[...] a Europa experimentou uma das suas mais graves crises de fornecimento de energia” (BOZIC *et al.*, 2021, p. 5, tradução nossa)⁷⁸.

Após essa experiência, a UE constatou a necessidade de reduzir a sua dependência e diversificar suas fontes de abastecimento energético. Nesse sentido, Bozic *et al.* (2021) destacam que a Ucrânia possui um recurso de grande interesse para a Europa: amplas instalações de armazenamento de gás. Segundo os autores, a utilização dessa infraestrutura ucraniana tem potencial para diminuir o risco de uma crise de abastecimento energético na Europa, de forma que a cooperação UE-Ucrânia nesse quesito deve se intensificar nos próximos anos, principalmente nas fronteiras com a Polônia, Eslováquia e Hungria. Em sua visão, “independentemente de questões geopolíticas, a capacidade de armazenamento ucraniana [...]

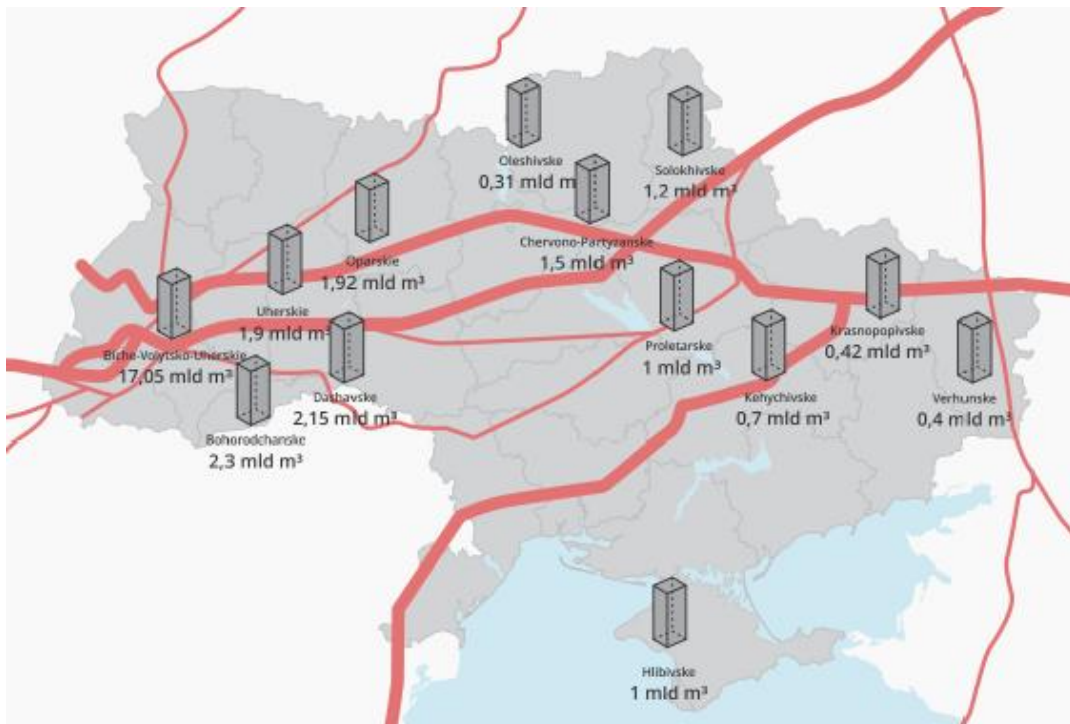
⁷⁷ O gás transportado pelos três gasodutos citados alcança os seguintes países: Polônia, Eslováquia, República Tcheca, Áustria, Itália, Alemanha, França, Suíça, Hungria, Romênia, Bulgária, Turquia, Grécia, Macedônia do Norte e Moldova (RUSZEL, 2019).

⁷⁸ Do original em inglês: “[...] Europe experienced one of its most serious energy supply crises”.

pode e deve ser avaliada como um fator forte e inevitável na estabilidade energética da Europa” (BOZIC *et al.*, 2021, p. 2, tradução nossa)⁷⁹.

Em números, Ruszel (2019) destaca que a Ucrânia possui a maior capacidade de armazenamento de gás natural da Europa. Sua rede é composta por 13 instalações subterrâneas espalhadas por todo o país, com uma capacidade de armazenamento total de 31,9 bilhões de metros cúbicos (m³) por ano. De acordo com o autor, essa capacidade é grande o suficiente para ser utilizada por outros países, configurando-se como um recurso estratégico importante para equilibrar o fornecimento de gás na Europa em períodos de alta demanda, que geralmente ocorrem no inverno (RUSZEL, 2019). As instalações de armazenamento de gás da Ucrânia podem ser observadas na Figura 9:

Figura 9 - Instalações de armazenamento de gás da Ucrânia (bilhões de m³/ano)



Fonte: RUSZEL (2019).

Para fins de comparação com a UE, Szurlej (2019) destaca que, em 2018, a capacidade de armazenamento de gás das instalações ucranianas foi apenas 4% menor que o consumo total de gás natural no país naquele ano. De acordo com o autor, poucos países da UE conseguem

⁷⁹ Do original em inglês: “Regardless of the geopolitics, Ukrainian storage capacity [...] can and should be evaluated as a strong and unavoidable factor in Europe energy stability”.

ostentar uma proporção parecida entre o volume total de consumo e o de capacidade de armazenamento de gás. Ainda segundo ele, a capacidade de armazenamento anual da UE é de apenas 108 bilhões de m³. Assim, a Ucrânia conta, sozinha, com aproximadamente 29% da capacidade de armazenamento de gás de todos os países da UE somados (SZURLEJ, 2019). Observa-se, portanto, que a Ucrânia é um país estratégico para a Europa do ponto de vista da segurança energética.

Sob a ótica da TCRS, esse interesse da UE sobre a Ucrânia aponta para a relevância do nível inter-regional no conflito estudado. Entretanto, o fator energético não é o único ponto de interesse da UE sobre o país. Para uma série de autores, a Europa também busca projetar sua influência sobre a Ucrânia por questões mais tradicionais de segurança. Com mais de 1.300 km de bordas compartilhadas, a Ucrânia é o país com a segunda maior fronteira com o bloco europeu (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013). Nesse sentido, Lazar (2014) ressalta que o país tem recebido bastante atenção da UE desde a rodada de expansão do bloco para o leste em 2004. Na visão do autor, a UE busca garantir a segurança de suas fronteiras e “[...] está interessada na Ucrânia e na crise atual do ponto de vista da sua segurança ameaçada” (LAZAR, 2014, p. 52, tradução nossa)⁸⁰. Na mesma linha, Shumylo-Tapiola já ressaltava em 2013 que

A Ucrânia [...] representa uma ameaça à segurança da UE. Ela não está construindo uma bomba nuclear, não é capaz de iniciar uma guerra com seus vizinhos e não pode lançar uma nova Guerra Fria com o Ocidente. Mas a má governança da Ucrânia, que foi ainda mais degradada com a presidência de Yanukovich, pode causar instabilidade e um (possivelmente violento) descontentamento público, os quais podem afetar negativamente a UE. No mínimo, isso pode aumentar significativamente o fluxo de migrantes vindos da Ucrânia, que já ocupa o quinto lugar entre os maiores fornecedores de migrantes externos à UE para a UE-27 (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013, n.p., tradução nossa)⁸¹.

Ainda nesse contexto, Kapitonenko (2016) observa que a tática russa de explorar conflitos congelados na sua vizinhança compartilhada com a Europa gera um risco considerável

⁸⁰ Do original em inglês: *“The EU is interested in Ukraine and the current crisis from the standpoint of its threatened security”*.

⁸¹ Do original em inglês: *“[...] Ukraine poses a security threat to the EU. It is not building a nuclear bomb, it is not capable of starting a war with its neighbors, and it cannot launch a new Cold War with the West. But Ukraine’s poor governance, which has been further degraded by Yanukovich’s presidency, may potentially lead to instability and public (possibly violent) discontent that could negatively affect the EU. At the least, it may significantly increase the flow of migrants from Ukraine, which is already ranked fifth among non-EU suppliers of migrants to the EU27”*.

para a última. Segundo ele, a aposta de Moscou é em Estados fracos, enquanto a Europa precisa de Estados fortes em seu entorno. Nesse sentido, a visão a partir da UE é de que

Se bem sucedida ao anexar territórios e criar quase-Estados do nada, a Rússia não apenas desestabilizará ainda mais a Europa Oriental, mas também minará os princípios-chave da segurança europeia, que estão em vigor desde o final da Segunda Guerra Mundial. Nesse caso, a Europa terá riscos de segurança multiplicados, incluindo secessão, terrorismo e guerra híbrida (KAPITONENKO, 2016, p. 20, tradução nossa)⁸².

Portanto, a atuação russa na sua vizinhança compartilhada com a Europa é vista como uma ameaça potencial pela UE. Diante disso, Kapitonenko (2016) destaca que o foco da Política Europeia de Vizinhança (PEV)⁸³ é justamente promover um ambiente estável no entorno do bloco, o que pode ser visto como uma tentativa de contrapesar as potencialidades negativas advindas da Rússia e de outros países externos ao grupo. De acordo com Valasek (2008), a PEV busca tornar a vizinhança da UE “europeizada”: liberal, democrática, cumpridora da lei, pacífica e, destarte, segura. Entretanto, observa-se que, para isso, a UE também precisa ser ativa na região, ancorando os países vizinhos aos seus princípios mesmo sem necessariamente dar-lhes perspectiva de adesão. Assim, no âmbito da PEV, destaca-se que

A UE negociou ‘planos de ação’ personalizados com os países vizinhos. Esses planos definem as reformas que os países precisam realizar para se alinharem às normas e regulamentos da EU, bem como especificam o que a UE pode oferecer em termos de comércio, assistência, contatos políticos e participação nos programas da UE. A ideia por trás da PEV é, eventualmente, construir um ‘círculo de amigos’ em torno da UE (VALASEK, 2008, p. 6, tradução nossa)⁸⁴.

É nesse contexto que está inserida a Ucrânia. Como visto, o estopim para a atual crise no país foi justamente a sua guinada em direção à UE no ano de 2014, quando a população ucraniana protestava a favor da continuidade das negociações de um acordo comercial com o

⁸² Do original em inglês: *“If succeeding in annexation of territories and creating quasi-states out of nowhere, Russia will not only further destabilize Eastern Europe, but also undermine key principles of European security, which have been in place since the end of the Second World War. In such a case Europe will have security risks, including secessionism, terrorism, and hybrid warfare multiplied”*.

⁸³ Do nome em inglês: *European Neighbourhood Policy (ENP)*.

⁸⁴ Do original em inglês: *“The EU negotiated bespoke ‘action plans’ with the neighbourhood countries. These plans set out what reforms the countries need to undertake in order to align themselves with EU norms and regulations, and it specifies what the EU can offer in terms of trade, aid, political contacts and participation in EU programmes. The idea behind ENP is to eventually build a ‘ring of friends’ around the EU”*.

bloco (HENDLER, 2014). Nota-se, assim, que a segurança da UE está intimamente ligada à da Ucrânia e vice-versa. Ao mesmo tempo, as ambições da PEV contribuem para a continuidade da instabilidade na Ucrânia, na medida em que são antagônicas aos projetos russos para o seu entorno. Por fim, ainda no que tange à importância da Ucrânia para a segurança da UE, destaca-se que Kiev é um relevante mediador no conflito da Transnístria, na Moldovia, que impacta a região como um todo (SHUMYLO-TAPIOLA, 2013).

Diante desse cenário, deve-se ter em mente que a Ucrânia cumpre um papel de destaque também entre os seus vizinhos na região, o que aumenta a sua relevância inter-regional. Como aponta Shumylo-Tapiola (2013), o país é um parceiro fundamental para a EaP desde o início e serve como modelo para outros membros da iniciativa. Segundo a autora, seu declínio democrático envia sinais negativos a todos os demais países da EaP. Nessa mesma linha, Valasek explica que

A Ucrânia tem um tremendo poder de sinalização. É o maior dos países entre a UE e a Rússia. Ela será um exemplo para outros: para Moldova e Belarus, vizinhos imediatos da UE, mas também para ex-repúblicas soviéticas mais distantes das fronteiras da UE, como a Armênia, a Geórgia ou o Azerbaijão (VALASEK, 2008, p. 3, tradução nossa)⁸⁵.

Somados, portanto, todos esses fatores fazem da Ucrânia um país crítico para a estabilidade europeia. Destarte, destaca-se que os interesses da Europa sobre Kiev também são fundamentais para a compreensão da crise ucraniana. Tanto pela esfera energética quanto pela securitária, observa-se que a UE busca aproximar a Ucrânia de si com o objetivo de garantir o seu equilíbrio, como já tem ocorrido no âmbito da Parceria Oriental e da Política Europeia de Vizinhaça. Naturalmente, contudo, a aproximação do Ocidente com um tradicional aliado de Moscou desperta medo e indignação no Kremlin, para o qual a Ucrânia também é tida como um parceiro vital. Sob a ótica da TCRS, isso evidencia a importância do nível inter-regional para o conflito em questão.

Conclui-se, assim, que dinâmicas geopolíticas de nível inter-regional também têm um grande impacto como motivadoras da guerra russo-ucraniana. Em termos gerais, destaca-se que a posição de Kiev na fronteira entre dois CRS é fonte de instabilidade para o país, que resta dividido entre projetos inter-regionais antagônicos. Se a expansão da UE é vista como uma

⁸⁵ Do original em inglês: *“Ukraine has tremendous signalling power. It is the largest of the countries between the EU and Russia. It will set an example for others: for Moldova and Belarus, the EU’s immediate neighbours, but also for former Soviet republics further away from EU borders, like Armenia, Georgia or Azerbaijan”*.

ameaça pelo Kremlin, a projeção de poder russa na Ucrânia também é tida como desestabilizadora pelo bloco europeu. Entretanto, observa-se que a expansão da OTAN é o ponto mais crítico do conflito sob a ótica da TCRS, devido ao seu caráter militar. Nesse quesito, destaca-se que o avanço das armas e do escudo antimíssil da aliança norte-atlântica para perto da fronteira russa é apontado pelo Kremlin como a sua maior ameaça de segurança.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar a guerra russo-ucraniana sob a ótica dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), dando enfoque a dinâmicas geopolíticas de nível regional e inter-regional ligadas ao conflito. Como visto, a crise ucraniana tem sido tema de diversos estudos que, ao analisarem o problema de uma perspectiva apenas micro (nível doméstico/unitário) ou macro (nível global/sistêmico), acabam não dando conta de explicá-lo em sua devida complexidade. Assim, a contribuição da presente pesquisa consistiu em investigar o conflito pelo caminho intermediário, jogando novas luzes sobre o tema a partir de uma perspectiva regional, ainda menos explorada que as demais nesse debate.

Metodologicamente, este estudo exploratório utilizou de pesquisa bibliográfica para identificar e analisar o peso de dinâmicas geopolíticas regionais e inter-regionais que motivam o conflito. Nesse contexto, verificou-se que a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) fornece um modelo teórico bastante adequado para a análise do problema, na medida em que abarca nuances regionais e inter-regionais que poderiam passar despercebidas em estudos focados apenas nos níveis mais tradicionais. Baseando-se nesse modelo, o trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro deles expôs o impacto de dinâmicas geopolíticas regionais para o conflito, enquanto o segundo dedicou-se a explorar o nível inter-regional.

Para responder ao problema de pesquisa, foram traçados três objetivos específicos neste estudo. O primeiro deles consistiu em situar a crise ucraniana sob a ótica dos Complexos Regionais de Segurança (CRS). Este objetivo foi alcançado na introdução, mas também foi aprofundado nos dois capítulos analíticos do trabalho. Como visto, a nível regional, destaca-se que a Ucrânia e a Rússia fazem parte de um mesmo CRS (o pós-soviético), cuja potência dominante é Moscou. Portanto, ambos os países estão ligados por questões securitárias de forma bastante íntima. Já a nível inter-regional, destaca-se que a Ucrânia está situada na fronteira entre dois CRS (o pós-soviético e o europeu), sofrendo com a projeção de poder de ambos e sendo, portanto, classificada como um Estado-tampão (*buffer state*) por diversos autores.

O segundo objetivo específico deste trabalho consistiu em analisar dinâmicas geopolíticas regionais ligadas ao conflito. Este objetivo foi atingido no segundo capítulo. Como visto, a Ucrânia faz parte de um CRS centrado em Moscou. Mais do que isso, ela está localizada na sub-região mais importante desse complexo para a Rússia. Assim, destaca-se que o país está inserido em um contexto regional marcado por uma política oficial de dominação por parte do

Kremlin, executada com vistas a atingir o seu maior objetivo de Política Externa: continuar sendo uma grande potência em um mundo multipolar, mesmo que isso exija a coerção militar no seu “exterior próximo”.

Ainda no que tange às dinâmicas geopolíticas de nível regional do conflito, identificou-se que a Ucrânia é vista por Moscou como um país extremamente importante para toda a região. Isso ocorre porque o país possui características físicas e materiais muito estratégicas, como a sua riqueza hídrica (que mitiga a carência russa de portos de águas mornas) e a sua ampla infraestrutura energética (que é crucial para as exportações russas de gás natural). Além disso, destaca-se que a Ucrânia está localizada na chamada Planície Europeia (vista pelo Kremlin com preocupação no caso de um ataque advindo da Europa) e é banhada pelo Mar Negro, principal conexão marítima russa. Somados, todos esses aspectos geopolíticos tornam a absorção da Ucrânia pelo Ocidente impensável para o Kremlin.

Por sua vez, o terceiro objetivo específico deste trabalho consistiu em analisar dinâmicas geopolíticas inter-regionais ligadas ao conflito. Este objetivo foi atingido no terceiro capítulo do estudo. Conforme apresentado, a posição da Ucrânia na fronteira entre os CRS pós-soviético e europeu resulta em instabilidade para o país, que se encontra dividido entre projetos inter-regionais substancialmente distintos e, muitas vezes, mutuamente excludentes. Nesse sentido, o maior destaque é a expansão da UE e – principalmente – da OTAN, esta última sendo vista por Moscou como a sua maior ameaça securitária. Constatou-se que o ponto mais crítico nesse contexto é o avanço do aparato militar e do escudo antimíssil da OTAN para perto da fronteira russa, que faz o Kremlin se sentir traído, encurralado e forçado a reagir.

Ainda a nível inter-regional, observou-se que a Ucrânia desperta interesses geopolíticos expressivos não apenas em Moscou, mas também na Europa. Como visto, as relações do país com a UE intensificaram-se significativamente após a Revolução Laranja (2004) e, hoje, a Ucrânia é tida pelo bloco europeu como uma peça-chave para a sua estabilidade. Em termos energéticos, o país é um importante corredor do gás russo exportado para a Europa, além de contar com uma extensa malha de reservatórios de gás natural, os quais podem ajudar a Europa a atravessar crises de abastecimento. Já em termos securitários, importa para a UE a sua extensa fronteira compartilhada, vista como potencialmente problemática em um cenário de desordem política e fluxos migratórios.

Constata-se, assim, que o objetivo geral deste trabalho foi atingido. Diante da questão colocada (“em que medida a guerra russo-ucraniana é motivada por dinâmicas geopolíticas de

nível regional e inter-regional sob a ótica dos CRS?”), conclui-se que o conflito é fortemente motivado por ambos esses níveis intermediários, não podendo ser compreendido apenas como um fenômeno bilateral isolado ou como uma disputa de nível global entre a Rússia e o Ocidente. Destarte, a hipótese levantada na introdução do trabalho (de que os níveis regional e inter-regional são fortes motivadores da guerra) foi confirmada pela análise realizada.

Longe de buscar invalidar os níveis de análise doméstico e global, espera-se que o presente trabalho contribua para a produção de análises mais multidimensionais da guerra russo-ucraniana, que levem em conta também o seu e expressivo fator regional. Portanto, como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se que todos os quatro níveis de análise da TCRS (doméstico, regional, inter-regional e global) sejam contemplados em estudos a respeito da crise, a fim de obter-se um espectro mais rico das dinâmicas de poder e dos interesses ligados ao conflito, tendo em vista que esta pesquisa se limitou apenas a evidenciar a importância dos seus níveis regional e inter-regional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Cinco interesses ocultados por Moscou (e pela crítica Ocidental) na Guerra da Ucrânia. **Revista de Geopolítica**, v. 13, n. 3, p. 1-15, 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). **Situation of human rights in Ukraine in the context of the armed attack by the Russian Federation**, 24 February — 15 May 2022. Ucrânia, 29 de junho, 2022a. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/countries/ua/2022-06-29/2022-06-UkraineArmedAttack-EN.pdf>> Acesso em: 05 set. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). **Ukraine: civilian casualty update**. Ucrânia, 14 de novembro, 2022b. Disponível em: <<https://ukraine.un.org/sites/default/files/2022-11/Ukraine%20-%20civilian%20casualty%20update%20as%20of%2013%20November%202022%20ENG.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (ACNUDH). **Report on the Human Rights Situation in Ukraine**, 1 August 2021 – 31 January 2022. Ucrânia, 2022c. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/sites/default/files/2022-03/33rdReportUkraine-en.pdf>> Acesso em: 05 set. 2022.

AMAL, Victor Wolfgang Kegel. A intervenção russa na guerra da Ucrânia (2014): raízes históricas do novo dilema geopolítico europeu. **XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: história e democracia**, v. 29, p. 1-15, 2017.

BAAS, Timo; BRUCKER, Herbert. EU eastern enlargement: the benefits from integration and free labour movement. **CESifo DICE Report**, v. 9, n. 2, p. 44-51, 2011.

BARRÍA, Cecilia. Guerra na Ucrânia: como dependência da Europa de gás russo financia invasão. **BBBC News Brasil**, 6 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60623903>>. Acesso em: 5 out. 2022.

BOZIC, Filip *et al.* Analysis of Changes in Natural Gas Physical Flows for Europe via Ukraine in 2020. **Energies**, v. 14, n. 16, 2021.

BRAUN, Julia. Qual o papel da Otan no confronto entre Rússia e Ucrânia? **BBC News Brasil**, São Paulo, 2 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. Vol. 1. New York: Basic Books, 1997.

BUKKVOLL, Tor. Why Putin went to war: ideology, interests and decision-making in the Russian use of force in Crimea and Donbas. **Contemporary Politics**, v. 22, n. 3, p. 267-282, 2016.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, [S.L.], v. 32, n. 1, p. 5–28, mar. 1997.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge University Press, 2003.

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPEIA JACQUES DELORS (CIEJD). Cronologia da UE: Principais datas. **Eurocid**, 2022. Disponível em: <<https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/cronologia-da-ue>>. Acesso em: 29 out. 2022.

CHARAP, Samuel; TIMOTHY, J. Colton. **Everyone Loses: The Ukraine Crisis and the Ruinous Contest for Post-Soviet Eurasia**. London: International Institute for Strategic Studies, 2017.

CRACIUN, Ioan. The “Ukrainisation” of Eastern Euro-Atlantic Border – A New Berlin Wall? *In*: ANTON, Stan; TUTUIANU, Iuliana S. The Complex and Dynamic Nature of the Security Environment. **International Scientific Conference Strategies XXI**, v. 1, Bucareste, junho 11-12, 2015.

FREIRE, Maria Raquel. As relações China-Rússia num quadro de contenção estratégica. **Relações Internacionais (R:I)**, n. 71, p. 51-66, 2021.

FREITAS, Guilherme Adilson de; DIAS, Mariana Andreotti; PAZ, Otacílio Lopes de Souza da. O resgate da teoria do Heartland de Mackinder no entendimento do conflito russo-ucraniano. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 35, p. 172-189, 2022.

GIRGIN, Dogan. Geopolitical issues in the current crisis between Ukraine and Russia. **Journal of Social Sciences**, v. 4, n. 1, p. 21-24, 2015.

GROSSMAN, Erik J. Russia's Frozen Conflicts and the Donbas. **Parameters**, v. 48, n. 2, p. 51-62, 2018.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. Aspectos normativos, securitários e geopolíticos da grande estratégia da Rússia (2000–2016) e o lugar das Nações Unidas. **Carta Internacional**, v. 12, n. 2, p. 30-54, 2017.

HENDLER, Bruno. A crise na Ucrânia e os Complexos Regionais em Segurança Internacional: um exercício analítico a partir da Escola de Copenhagen. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 26, p. 4-15, 2014.

ISHIKIRIYAMA, Andrey Takashi *et al.* Rússia e Ásia Central: uma análise pelo viés da Teoria do Heartland. **XII Congresso de História Econômica: A Dinâmica da Informação na História Econômica: Fluxos Materiais e Imateriais**. São Paulo, 2021.

JARZABEK, Jaroslaw. Regional Security Complex Theory: Reflections and reformulations. *In*: **Securitization Revisited**. Routledge, 2019. p. 47-66.

- KAPITONENKO, Mykola. Ukrainian crisis as an ongoing threat to regional security. **Studia Politica: Romanian Political Science Review**, v. 16, n. 1, p. 9-20, 2016.
- KRICKOVIC, Andrej; BRATERSKY, Maxim. Benevolent hegemon, neighborhood bully, or regional security provider? Russia's efforts to promote regional integration after the 2013–2014 Ukraine crisis. **Eurasian Geography and Economics**, v. 57, n. 2, p. 180-202, 2016.
- KUZIO, Taras; D'ANIERI, Paul. **The Sources of Russia's Great Power Politics: Ukraine and the Challenge to the European Order**. E-International Relations Publishing, 2018.
- LAZAR, Maria Sabina *et al.* The Ukrainian Crisis Seen from a Regional Perspective: Isolated Conflict or Driving Agent for Regional Security Dynamics?. **Europolity - Continuity and Change in European Governance**, v. 8, n. 2, p. 37-61, 2014.
- MACHADO, Lauren; PICCOLLI, Larlecianne. Avanços e recuos na crise ucraniana: entre os interesses estratégicos e os esforços diplomáticos. **5º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) - Redefinindo a Diplomacia num Mundo em Transformação**. Belo Horizonte: jul. 29 – jul. 31, 2015.
- MACKINDER, Halford J. The geographical pivot of history (1904). **The Geographical Journal**, v. 170, n. 4, p. 298-321, 2004.
- MARSHALL, Tim. Russia and the course of geography: Want to understand why Putin does what he does? Look at a map. **The Atlantic**, 2015. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/international/archive/2015/10/russia-geography-ukraine-syria/413248/>>. Acesso em: 5 out. 2022.
- MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine crisis is the West's fault: the liberal delusions that provoked Putin. **Foreign Aff.**, v. 93, 2014. Disponível em: <<https://globalbridge.ch/wp-content/uploads/2022/04/Why-the-Ukraine-Crisis-Is.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- NEACSU, Marius-Cristian. Russia and the dynamics of the regional security environment. *In*: ANTON, Stan; TUTUIANU, Iuliana S. The Complex and Dynamic Nature of the Security Environment. **International Scientific Conference Strategies XXI**, v. 1, Bucareste, 11 e 12 de junho, 2015.
- NIKOLKO, Milana. The annexation of Crimea and continuing instability in the Black Sea Region: Dynamics of regional security and new challenges for the Organisation for Democracy and Economic Development (GUAM). **Shima**, v. 13, n. 1, 2019.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **Ballistic missile defence**. OTAN, 26 jan. 2022a. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49635.htm>. Acesso em: 9 nov.
- ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (OTAN). **Member Countries**. OTAN, 4 out. 2022b. Disponível em: <https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52044.htm> Acesso em: 5 nov. 2022.

PICCOLLI, Larleciante. **Armas estratégicas e equilíbrio internacional: a política de defesa da Rússia no século XXI** – aspectos normativos e operacionais. Tese (doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2019.

PICCOLLI, Larleciante. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia: o papel da defesa antimíssil**. Dissertação (mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2012.

PICCOLLI, Larleciante; DALL'AGNOL, Augusto César; PEREIRA, Tito Barcellos. Documentos de Política Externa e de Segurança da Federação Russa após 2014: principais mudanças e implicações. **Mural Internacional**, v. 9, n. 1, p. 69-84, 2018.

POP, Adrian. From cooperation to confrontation: the impact of bilateral perceptions and interactions on the EU-Russia relations in the context of shared neighbourhood. **Eastern Journal of European Studies**, v. 7, n. 2, p. 47-70, 2016.

POTY, Italo Barreto. A Ucrânia entre a Europa e a Rússia: uma análise histórica. *In*: SENHORAS, Elói Martins. **Ucrânia sob Fogo Cruzado: A Geohistória de uma Guerra** (2022). Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

RIEGERT, Bernd. EU expansion turns 10. **Deutsche Welle (DW)**, 1 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/a-decade-after-enlargement-eu-struggles-to-find-direction-amid-ukraine-crisis/a-17605702>>. Acesso em: 29 out. 2022.

RUSZEL, Mariusz. Natural gas supplies as an instrument of geopolitical conflict between the Russian Federation and Ukraine. **Polityka energetyczna - Energy Policy Journal**, v. 22, n. 2, p. 33-46, 2019.

SAMOKHVALOV, Vsevolod. Ukraine between Russia and the European Union: triangle revisited. **Europe-Asia Studies**, v. 67, n. 9, p. 1371-1393, 2015.

SARIKAYA, Burak. Evaluation of The Ukrainian Crisis Within the Context of Regional Security Complex Theory. **Afro Eurasian Studies**, v. 6, n. 1-2, p. 9-31, 2017.

SERRA, María Belén. El complejo regional post-soviético y el conflicto en Ucrania como dilema de seguridad. **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, n. 2, ISSN 2525-11122016, p. 192-206, 2016.

SHEVCHENKO, Nikolai. Why is Russia so sparsely populated? **Russia Beyond**, 7 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.rbth.com/lifestyle/333980-population-in-russia-density>>. Acesso em: 27 out. 2022.

SHUMYLO-TAPIOLA, Olga. Why Does Ukraine Matter to the EU? **Carnegie Europe**, 16 abr. 2013. Disponível em: <<https://carnegieeurope.eu/2013/04/16/why-does-ukraine-matter-to-eu-pub-51522>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SMOOR, Lodewijk. Understanding the narratives explaining the Ukrainian crisis: identity divisions and complex diversity in Ukraine. *In: European and Regional Studies*, n. 11. Acta Universitatis Sapientiae: 2017.

SZURLEJ, Adam *et al.* The natural gas sector in Ukraine – opportunities and barriers to growth. *Polityka Energetyczna*, v. 22, n. 4, p. 115-128, 2019.

UNIÃO EUROPEIA. **Eastern Partnership**. Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), 17 mar. 2022. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/eeas/eastern-partnership_en>. Acesso em: 30 out. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Infographic - Stronger together: the Eastern Partnership**. Conselho Europeu, 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/infographics/towards-stronger-eastern-partnership/>>. Acesso em: 30 out. 2022.

VALASEK, Tomas. **Why Ukraine matters to Europe**. Centre for European Reform (CER): Londres, 2008. Disponível em: <https://www.cer.eu/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2011/essay_ukraine_dec08-1350.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VITTE, A. C.; MORAES, B. M. A Ucrânia e o Pivotal Geográfico de Halford Mackinder: permanências e metamorfoses de um conceito a partir da geografia física. *In: SENHORAS, Elói Martins. Ucrânia sob Fogo Cruzado: A Geohistória de uma Guerra (2022)*. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Geopolitics of Ukraine's Schism. **Agence Global**, comentário n. 371, 15 fev. 2014.

YAKUSHIK, Valentin. Competing interpretations of the socio-political crisis in Ukraine in 2013-2016. *Argumentum*, v. 8, n. 3, p. 105-121, 2016.

YEKELCHYK, Serhy. **Ukraine: What Everyone Needs to Know**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2020.